

FÉ NO BRASIL

AFIF DOMINGOS
Deputado Federal

Alguns no Brasil ainda pensam que a primeira embate eleitoral, em 1989, será travado entre a "direita e a esquerda". Com efeito, igualmente, que transbordam da letra da nova recém-criada Constituição princípios "populistas" oriundos de uma virulenta supremacia esquerdista dentro da representação popular.

Há também os que se distinguem adotando posições evidentemente socialistas ou socialistas em comportamento popular com o objetivo de ficarem bem com o povo.

Existem, da mesma forma, os que se acham e trarão ao poder os seguidores de esquerda, proclamando uma filosofia preferencial das forças populares e outras quimeras distantes.

O DEVER DOS LIBERAIS

Todos eles e outros, porém, esquecem que os liberais estão destinados a esse fim de vida e que os princípios sociais, especialmente, devem limitar-se ao serviço ao Estado paternalista, multifuncional e monopolizador que nos legou o fascismo e o socialismo.

O debate atual é entre o "Às majestades da força nunca me inclinei. Mas sirvo às do direito. Sirvo ao merecimento. Sirvo à razão. Sirvo à lei. Sirvo à minha Pátria. São essas as que eu reconheço neste mundo, e é uma delas a com que em vós me encontro neste momento."

Rui Barbosa no Teatro Lírico a 29 de março de 1919.

Quem voltar ao poder para manter sua desnoção de que se expande e se reconstrói para a riqueza e a paz. Remaneja o discurso oportuno dos homens detacridados, das propostas inconsistentes e das costurarias anexas ao patrimônio privado.

Entra-se um campo de velhos enfiados pela frustração e encorajados pelo vazio de novos valores políticos, resultante do regime autoritário que chantageiam os líderes do poder econômico e desafiava a juventude inconformada.

É a caricatura do ano de 1961 pintada como um cenário de esperanças para 1989.

As propostas revolucionárias não têm de esquerda, nem de direita, nem de ponto fixo. São simples e bonitas coisas que nos tornam pelo momento

Alguns no Brasil ainda pensam que o próximo embate eleitoral, em 1989, será travado entre a “direita e a esquerda”. Concluem, igualmente, que triunfaram na letra da nossa recém-votada Constituição princípios “progressistas” oriundos de uma suposta supremacia esquerdista dentro da representação popular.

Há também os que se desfiguram adotando posições supostamente socialistas ou assumindo um comportamento populista com o objetivo de ficarem bem com o povo.

Existem, da mesma forma, os que pactuam e transigem com os agitadores de ocasião, presumindo uma ilusória preferência das forças populares e outras quimeras eleitoreiras.

Todos eles se esquecem, entretanto, que as ideologias estão morrendo neste fim de século e que os brasileiros desejam, objetivamente, desvencilhar-se da herança do Estado paternalista, munificente e monopolizador que nos legou o fascismo estado-novista.

O debate atual é entre o antigo e o moderno. Entre a estagnação e o avanço. Agora ressurgem os aventureiros, os mais destacados expoentes da oligarquia dos usurpadores, insistindo na representação de um Brasil que não mais existe. De um passado que esta jovem Nação, já no pórtico do novo milênio, condena como símbolo do insucesso, da incompetência e da imprevidência. De um estilo de fazer política subalterno e utilitarista, totalmente antagônico ao ímpeto de renovação das novas gerações brasileiras.

Querem voltar ao poder para continuarem o que aí está instituído e para manter-nos desassociados do mundo que se expande e se reencontra para a riqueza e a paz. Ressurge o discurso repetitivo dos *slogans* desacreditados, das propostas inconsistentes e das costumeiras ameaças ao patrimônio privado.

Ergue-se um complô de velhos enlouquecidos pela frustração e encorajados pelo vazio de novos valores políticos, resultante do regime autoritário, que chantageiam os líderes do poder econômico e desafiavam a juventude informada.

É a caricatura do ano de 1961 pintada como um cenário de esperanças para 1989.

As propostas caudilhescas nada têm de esquerda, nem de direita, nem de coisa alguma. São simplesmente antigas sem nenhum apelo consistente

e sem qualquer identificação com os projetos de modernidade que a Nação inteira reivindica.

Seria uma traição aos ideais das novas gerações o propósito de retroagir aos procedimentos que a história já assinalou como a maior negação à causa da liberdade no Brasil. Os liberais brasileiros têm, portanto, o dever histórico de rever o conceito pernicioso do velho estado fascista opressor e perdulário. Os liberais brasileiros terão que se preparar para a grande tarefa de correção dos métodos de ação política vigentes que devem estar baseados na liberdade individual e no direito de propriedade. Os liberais brasileiros têm que reivindicar menos estado, menos espoliação e mais respeito aos direitos da cidadania, tributada impiedosamente pela máquina estatal. É preciso se preocupar com o social, mas através do incentivo à criação de riquezas e longe das concessões oficiais.

O Brasil não quer imobilizar-se num debate inconseqüente entre direita e esquerda tão velho quanto a máquina a vapor. O Brasil jovem está indiferente às articulações das máfias na disputa do poder pelo poder. Queremos um projeto de governo competente e corajoso que seja capaz de resgatar a confiança popular nas instituições democráticas. Queremos um governo que não transija com a rapina, a ilicitude e a incompetência. Queremos um presidente íntegro, sem mácula e sem compromissos com a política menor, capaz de mobilizar o povo para empreender a necessária revisão constitucional a ser efetuada daqui a cinco anos.

A Nação está insatisfeita e atônita. Os tecnocratas recrutados pela nova República, ao implantarem, sob o império do decreto-lei, o devastador Plano Cruzado, repetindo as práticas totalitárias do regime militar naufragado, aumentaram ainda mais as sucessivas frustrações que o povo amarga desde 1961. A tecnocracia corrupta e impopular levou a Nação à crise mais dramática de sua história. E a demagogia populista impôs-se na Constituinte e agora prepara-se para consagrar, no exercício do poder, políticas já caducas no mundo desenvolvido.

Imaginando uma receita moderna para o Brasil de 1988, esses pseudoprogressistas repetem os chavões de 1968, logo após a fecunda era JK, ressuscitando as bandeiras do "o petróleo é nosso". Nacionalização dos minérios, estatização dos bancos, tabelamento de juros, redução das horas de trabalho etc.

Quem visitou o Brasil no início da década de 60, ao voltar em 1988 terá a impressão de estar voltando no tempo, pois encontrará no palco principal dos acontecimentos políticos as mesmas figuras surradas daquela época, em busca de uma capa convincente de renovação para atrair um eleitorado que passou de 11 milhões para 80 milhões nesse período.

Naquela época, enquanto condecoravam Che Guevara, já falavam na opção pelos subdesenvolvidos, no neutralismo positivo, na luta antiimperialista, no combate aos riscos, na moratória da dívida, na suspensão das remessas

de lucro, na reforma agrária e que esses representantes do passado ressuscitados tentam usar agora para empolgar o Brasil que já vive a aurora do século XXI.

Ora, quem está com medo dos velhos golpistas e aproveitadores que tanto mal fizeram ao Brasil?

Liberal nenhum deste País tem o direito de voltar as costas para o futuro. De encontrar-se com os mesmos demagogos inescrupulosos que há mais de 30 anos enganam o povo com sua cantilena autoritária. De fazer conchavos com a súcia que degradou a administração do Rio de Janeiro.

Não podemos esquecer 1961, nem 1964. É preciso lembrar sempre e alertar as gerações que durante 27 anos foram esbulhadas no seu direito de votar para eleger o presidente da República.

Somente uma sociedade despreparada e enferma elegeria os conhecidos agentes do golpe que nos levou a um período de 20 anos de sombras como símbolos de suas esperanças e construtores do seu futuro. Somente a cupidez, a omissão e o oportunismo das nossas elites empurrariam o Brasil para a emboscada totalitária.

O passado não voltará. Esses dois espantalhos políticos, aos quais se junta agora um terceiro, beneficiário da decomposição de seu próprio partido, preparam-se para o grande assalto. Estarão protegidos pela incompetência e a covardia de cúpulas partidárias despreparadas para a tarefa de reconstrução democrática, mas terão o repúdio da maioria do povo brasileiro, atento e descomprometido com os interesses espúrios que os representantes da política rasteira desejam impor à Nação.

Aqueles que renegaram a democracia no passado e que agora se aproveitam da decadência generalizada de valores a que nos levou o regime autoritário, jamais merecerão o apoio dos liberais genuínos que ainda não abdicaram de seus deveres históricos. Eles não passarão.

A Nação precisa tomar consciência de que há uma enorme distância entre o Brasil real e o Brasil legal, que cresce a cada nova investida estatizante e centralizadora.

O Brasil real é constituído pelos pequenos que, na base, arcam com o peso de todos os erros e favores praticados nas camadas superiores da pirâmide social.

O Brasil legal é aquele construído e mantido pela e para a burocracia que, na defesa de seus interesses próprios e minoritários, sufoca os pequenos responsáveis efetivos pelo curso de nossa história.

II

OS DOIS BRASIS

A dicotomia entre o Brasil legal/formal e o Brasil real/informal

Se as empresas estão expostas aos riscos, à criação de empregos, à concorrência com as miríades de pequenos produtores e comerciantes que se transformou o mercado financeiro, o Brasil legal não reconhece a existência de valores de mercado, de valores de família, transmite a seus filhos, na herança, a coragem de empreender, na vantagem de correr riscos, na proteção ou comercialização, porque as falsas críticas de economia irreal acionam com os lucros da especulação financeira — com a ilusão de segurança de futuro atrelado ao Estado.

“Nunca existirá o Estado realmente livre e sábio enquanto não reconheça o indivíduo como um poder mais alto e independente, do qual derivam todo seu poder e autoridade, e enquanto não trate de acordo com essa verdade.”

Henry David Thoreau

O presente e o futuro seriam mais cinzentos se, nos subterrâneos, não estivesse crescendo a economia informal. Enquanto o Brasil legal teima em persegui-la ou ignorá-la, o cidadão comum está refazendo a história econômica e lançando as bases da reformulação total do sistema capitalista.

É sobre o processo dessa mudança que vamos tratar, na certeza de que, compreendendo as causas que levam ao crescimento da economia informal, saberemos encontrar caminhos que permitam preservar a criatividade desse segmento, os seus valores e destruir as falácias estatizantes que prejudicam o povo e a sociedade brasileira.

A Nação precisa tomar consciência de que há uma enorme distância entre o *Brasil real* e o *Brasil legal*, que cresce a cada nova investida estatizante e centralizadora.

O Brasil real é constituído pelos pequenos que, na base, arcam com o peso de todos os erros e favores praticados nas camadas superiores da pirâmide social.

O Brasil legal é aquele construído e mantido *pela* e *para* a burocracia que, na defesa de seus interesses próprios e minoritários, sufoca os pequenos, responsáveis efetivos pelo curso de nossa história.

O desestímulo ao trabalho, ao ato de empreender, à criação de empregos confronta-se com as miragens oferecidas pelo grande cassino em que se transformou o mercado financeiro, gerando um perigoso caminho de inversão de valores. Hoje é muito difícil para os empresários, ou para os chefes de família, transmitir às novas gerações a crença no trabalho, na coragem de empreender, nas vantagens de correr riscos, na produção ou comercialização, porque as falsas crenças de economia irreal acenam com os lucros da especulação financeira — com a ilusória segurança do futuro atrelado ao Estado.

Se as empresas estão esmagadas pela política salarial discriminatória, pelos juros escorchantes, pela tributação sufocante e pela burocracia que paralisa, os cidadãos e assalariados suportam um ônus desproporcional à sua capacidade de resistência. O sonho dos jovens por muito tempo deixou de considerar a necessidade de construção do País e voltou-se para o engajamento no carrossel estatal, na aparente libertação dos deveres para consigo mesmos, para com sua família e sua nação. Espalhou-se no Brasil o vendaval da irresponsabilidade, onde todos procuraram, por muito tempo, negar seu comprometimento, reduzir ou desaparecer com seus negócios, fugir da atordoante carga fiscal, viver longe da produção e ingressar na burocracia das grandes organizações estatais ou nas empresas multinacionais.

O presente e o futuro seriam mais cinzentos se, nos subterrâneos, não estivesse crescendo a economia informal. Enquanto o Brasil legal teima em persegui-la ou ignorá-la, o cidadão comum está refazendo a história econômica e lançando as bases da reformulação total do sistema capitalista.

E é sobre o processo dessa mudança que vamos tratar, na certeza de que, compreendendo as causas que levam ao crescimento da economia informal, saberemos encontrar caminhos que permitam preservar a criatividade desse segmento, os seus valores e destruir as falácias estatizantes que prejudicam o povo e a sociedade brasileira.

Ninguém desconhece os efeitos perversos do enorme salto histórico do Brasil, que atingiu em poucos anos a condição de país industrializado, sofrendo por isso desajustes provocados pela rápida transformação das antigas estruturas sociais.

A tendência natural de imitar exemplos de fora levou-nos ao fascínio dos portes desmesurados, concentrações urbanas, concentração de aglomerados econômicos estatais e privados, concentração institucional do poder político e econômico. E no entanto, as características do povo brasileiro não se encaixam nessas estruturas. Porque é um povo infenso à denominação absoluta da fria burocracia das organizações gigantescas e aberto às relações cordiais entre indivíduos, orientando-se pela liberdade de suas decisões, regionalmente diferenciadas.

Não é, portanto, no gigantismo das organizações que iremos encontrar o campo favorável para a evolução coerente e sadia da cultura brasileira. Temos uma forma peculiar, dentro do mundo ocidental a que pertencemos, de evoluir culturalmente e que exige o estabelecimento de condições propícias às verdades que o Brasil sempre quis viver, longe dos modelos sociais estranhos a essa vocação, que não queremos copiar servilmente.

Para que sejam atendidas as características da nossa formação é preciso desconcentrar. Novos empregos se criam a partir de novas empresas da iniciativa particular, com o fomento das qualidades individuais do homem, com o Estado reduzido à condição de um coordenador inteligente das atividades nacionais e com espaço para a renovação das nossas possibilidades de superar as contingências difíceis do País.

Este é o momento de acirrar a luta para termos de volta o Brasil autêntico, que reflete o Brasil real, mas que rejeita o Brasil legal que nosso subdesenvolvimento cultural construiu nos últimos anos.

Uma das consequências da extinção das oligarquias rurais brasileiras, que sofreram a derrocada econômica de 29 e a derrota política em 30, foi o processo de urbanização do País, que condenou o aspecto rural, enterrando-o junto com o conceito do *laissez faire* que ele representava então.

Hoje, é possível afirmar com tranquilidade que o Brasil está totalmente fora de sua vocação de desenvolvimento. E para começar a equacionar os problemas sociais que temos é preciso retomar esse modelo de desenvolvimento, nossa real vocação. E o principal desses problemas é, sem dúvida, o formidável processo de aculturação ocorrido com a migração do campo para a cidade, onde a miséria urbana agora se concentra em proporção extraordinária.

III

A VOCAÇÃO DO BRASIL

Necessidade de uma redescoberta do País

O Brasil, que viveu uma experiência muito rica de absorção de cultura, especialmente a produção agrícola, trouxe para o mundo um tipo de tecnologia agrícola de uso tropical. Hoje, com a técnica da irrigação, estamos incorporando áreas que fazem agricultura 365 dias por ano, o que significa que aceleramos na metade do tempo o trabalho que antes levava o dobro. No norte, onde a terra fica coberta o ano todo, enquanto os países europeus têm uma carga de subsídios para exportar, esse é um exemplo da capacidade de adaptação do Brasil. O fator principal é o fator cultural.

“Como o homem comum, os governantes e políticos são dedicados à defesa de seus próprios interesses. Mas na política ao contrário da ordem do mercado, não é certo que a soma dos vários interesses pessoais conduza ao bem de todos.”

O branco europeu do sul do Brasil tem o problema da segregação racial. Se subir para o Norte vai ser morto. O da Austrália e da África do Sul também. E no Brasil há ainda muita terra para ser ocupada. E esse processo já começou com os gaúchos, catarienses, paranaenses e paulistas subindo para ocupar o cerrado.

Para se fazer uma reforma agrária no País é preciso, antes de mais nada, estabelecer uma meta. Não é disputar com os Estados Unidos ou com o Japão a hegemonia da sociedade tecnológica, porque elas estão mil anos à nossa frente. Não vamos fazer a revolta da geografia contra a história, de que fala Vargas Llosa. Vamos respeitar a supremacia tecnológica desses povos.

James Buchanan

Uma das consequências da extinção das oligarquias rurais brasileiras, que sofreram a derrocada econômica de 29 e a derrota política em 30, foi o processo de urbanização do País, que condenou o aspecto rural, enterrando-o junto com o conceito do *laissez faire* que ele representava então.

Hoje, é possível afirmar com tranquilidade que o Brasil está totalmente fora de sua vocação de desenvolvimento. E para começar a equacionar os problemas sociais que temos é preciso retomar esse modelo de desenvolvimento, nossa real vocação. E o principal desses problemas é, sem dúvida, o formidável processo de aculturação ocorrida com a migração do campo para a cidade, onde a miséria urbana passou a se concentrar em proporção extraordinária.

Não há solução no ataque aos efeitos, sem antes um vigoroso ataque às causas do processo.

O Brasil, que viveu uma experiência muito rica de absorção de cultura, especialmente na produção agrícola, trazida pelos imigrantes de diversos países, é o único país do mundo que detém extensão territorial e a tecnologia agrícola de uso tropical. Hoje, com a técnica da irrigação, estamos incorporando áreas que fazem agricultura 365 dias por ano, o que significa que amortizamos na metade do tempo o investimento fixo do pessoal do hemisfério norte, onde a terra fica coberta de neve três meses por ano. Por esse motivo, enquanto os países europeus e os Estados Unidos precisam de uma enorme carga de subsídio para exportar, o Brasil cobra imposto do produtor agrícola. Esse é um exemplo da capacidade comparativa da agricultura brasileira. Mas o fator principal é o fator cultural.

O branco europeu do sul da África tem o problema da segregação racial. Se subir para o Norte vai ser morto. O da Austrália e da Nova Zelândia se subir cai dentro d'água. E no Brasil há ainda muita terra para ser ocupada. E esse processo já começou com os gaúchos, catarinenses, paranaenses e paulistas subindo para ocupar o cerrado.

Para se fazer uma reforma agrária no País é preciso, antes de mais nada, estabelecer uma meta. Não é disputar com os Estados Unidos ou com o Japão a hegemonia da sociedade tecnológica, porque eles estão mil anos à nossa frente. Não vamos fazer a revolta da geografia contra a história, de que fala Vargas Llosa. Vamos respeitar a supremacia tecnológica desses povos.

No Brasil de hoje não temos projeto, a não ser aquele condicionado pelo interesse das empreiteiras que tomam recursos do governo. Se houvesse um projeto viável, nacionalista, todo o investimento poderia ser realocado para esse fim.

Qualquer comerciante sabe que o comércio depende da agricultura. Se a agricultura vai bem o comércio esvazia as prateleiras, e se isso acontece não existe capacidade ociosa na indústria. Esse famoso mercado interno de que todos falam depende, portanto, de um projeto agrícola audacioso, uma política agrícola que faça com que, em primeiro lugar, se produza comida para o povo. E comida barata. O Brasil é um dos campeões de produtividade com relação a todos os produtos cujo preço é instituído pelo mercado internacional. No caso dos produtos tabelados pelo governo, somos contumazes importadores.

Quando traçarmos uma meta dessa magnitude, devolvendo o Brasil à sua real vocação, estaremos atacando as causas de nossos problemas e avançando rumo a soluções efetivas.

AS RAÍZES DA CORRUPÇÃO

AS RAÍZES DA CORRUPÇÃO

Todas as práticas estatizantes herdadas do período colonial e aceleradas após a Revolução de 30 geraram atitude de criar dificuldades para vender facilidades, uma fundamental da corrupção.

Guilherme Afif Domingos

Enquanto a corrupção que corre solta no cenário nacional for tratada como causa nada vai mudar neste País. Na verdade, a corrupção é efeito do excessivo poder de concessão do Estado, que provoca esse verdadeiro leilão de benefícios, recompensas, dádivas, troca de favores, subsídios e incentivos a que a sociedade brasileira assiste e cujos reflexos atingem pesadamente os cidadãos contribuintes.

Para entender a situação atual é preciso lembrar que no Brasil o Estado não apenas nasceu antes da nação, condicionando seus cidadãos a uma relação de dependência extremamente nefasta, como também sofreu um processo de fortalecimento e cristalização a partir da Revolução de 30, que, inspirada no corporativismo-fascista, pregava a intervenção cada vez maior do Estado na economia.

A Constituinte de 1934, elaborada com representação classista, refletiu essa tendência e transplantou para a legislação do País o intervencionismo. Mesmo após a redemocratização do Brasil, essa tendência se manteve consagrada na Constituição de 1946, que sustentou o arcabouço fascista.

Com exceção do Governo de Juscelino Kubitschek, todos os demais optaram pela captação da poupança externa para incentivar o capitalismo de Estado, contribuindo para acelerar o endividamento brasileiro e o agigantamento da máquina estatal.

O exemplo de Juscelino, que atraiu investimentos com capital de risco consolidando, no país, indústrias como a automobilística, naval, química, entre outras, não foi seguido pelos governos militares que, em 20 anos de ditadura, ampliaram em 30% o índice de estatização da economia.

Todas as práticas estatizantes herdadas do período colonial e aceleradas após a Revolução de 30 geraram atitude de criar dificuldades para vender facilidades, lema fundamental da corrupção.

Observamos, hoje, um cortejo de concessões, favores, empréstimos, incentivos e subsídios transformarem o Brasil numa nação de concessionários. O Estado munificente, assistencialista e perdulário nos legou os escândalos da Delfim, Coroa-Brastel, Banespa, Laureano, a queima de arquivo que representou a extinção do BNH, a operação Patrícia do IBC, operações irregulares do IAA; sem falar nas operações irregulares da época do Plano Cruzado quando, com a cobertura dos "fiscais de Sarney", os burocratas queimaram divisas com a importação de gêneros deteriorados que ainda hoje enchem os armazéns da Alfândega, para citar apenas alguns exemplos.

O dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi vilmente manipulado por negociistas intermediários e políticos desonestos com planos habitacionais falidos, que na verdade só beneficiaram setores de alto poder aquisitivo nas avenidas elegantes das grandes cidades brasileiras.

Um governo liberal, comprometido primordialmente com a Nação e seu desenvolvimento harmonioso, deve repetir o projeto desenvolvimentista de Juscelino (sem inflação) e atrair os grandes investimentos para novos projetos na agroindústria, na mineração, na indústria de base, na informática e nos meios de comunicação completando o ciclo iniciado com o deslocamento da capital do País para a região Centro-Oeste.

As medidas efetivas para reduzir a máquina paquidérmica do Estado dissipador e previdenciário não dependem unicamente da demissão de funcionários e da extinção de ministérios, mas da inversão honesta e objetiva de prioridades restabelecendo a supremacia da Nação sobre o Estado.

Não há mais condições de aumentar a carga tributária, seja das pessoas físicas seja das pessoas jurídicas. Uma administração moderna no Brasil precisa gerenciar o tributo nacional com a contrapartida de serviços bem executados e realmente prioritários.

A conversão da dívida externa é apenas uma das medidas porque a principal é atrair investimentos maciços sem restrições nativistas ultrapassadas, que não encontram eco nem mesmo nos países de regime socialista.

Uma administração moderna no Brasil terá que deixar a livre iniciativa desembaraçada para optar pelo que melhor convenha ao regime de mercado. Nada de concessões, nada de "dar um jeitinho", nada de atitudes que atendam apenas a interesses eleitoreiros.

O discurso do nacionalismo de meios está no fim. Morreu com a exacerbação do debate ideológico. A juventude quer mudar, quer agitar-se em espaços livres, quer atingir o futuro a partir de hoje sem pedir licença aos potentados do Estado forte. E para assegurar esse futuro precisamos mudar de mentalidade. Temos que rever o sistema e adequá-lo à realidade do mundo em que vivemos para aproximar o Brasil de sua vocação histórica.

A corrupção é uma enfermidade maligna cujos sintomas só desaparecerão se eliminarmos a doença. A tarefa é da Nação como um todo, especialmente sua juventude.

Embora Marx e Engels previssem em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, o desaparecimento das pequenas empresas em consequência da própria dinâmica do capitalismo, assistimos hoje, em todo o mundo, ao ressurgimento das pequenas unidades produtivas que coexistem com as grandes empresas, inclusive de caráter multinacional, e têm uma participação expressiva na produção, na comercialização e no emprego da mão-de-obra. Países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, entre outros, registram não só a grande contribuição dos empreendimentos de menor porte na economia como têm políticas governamentais voltadas ao apoio desses empreendimentos, tendo em vista sua importância do ponto de vista social e político.

V

O MARXISMO E AS PEQUENAS EMPRESAS

Assiste-se, inclusive, nos principais países industrializados, a um movimento de valorização e apoio às empresas de menor porte com o objetivo de impulsionar a tecnologia e a inovação, além de garantir a segurança energética do petróleo.

As pequenas empresas não se limitam à geração de empregos, mas contribuem decisivamente para a recuperação econômica, sendo responsáveis pela maior quantidade de inovação tecnológica. A capacidade de inovação das pequenas empresas tem produzido resultados surpreendentes em economias como a do Japão, para citar o exemplo mais importante.

No Brasil, o mais importante hoje é desenvolver uma mentalidade, a nível das esferas de poder e da própria sociedade, de que a retomada do desenvolvimento somente será efetiva e conseguida a um menor custo social se for conduzida pelo setor privado.

É preciso criar a consciência no País que a democracia para ser atingida em sua plenitude exige a desconcentração dos recursos e das decisões na esfera econômica. O regime de economia de mercado, com todas as suas imperfeições, sem demonstrar sinais de regressão, apresenta vantagens que o regime de economia planejada não pode oferecer. A verdade é que a economia orientada pelo mercado, além de ser mais eficiente, é a única que garante a sustentabilidade das instituições democráticas.

Se queremos implantar no Brasil uma democracia sem adjetivos que assegure a todos a liberdade e a igualdade de oportunidades, precisamos reformular profundamente a economia. E se queremos a retomada efetiva

Embora Marx e Engels previssem em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, o desaparecimento das pequenas empresas em consequência da própria dinâmica do capitalismo, assistimos hoje, em todo o mundo, ao ressurgimento das pequenas unidades produtivas que coexistem com as grandes empresas, inclusive de caráter multinacional, e têm uma participação expressiva na produção, na comercialização e no emprego de mão-de-obra. Países como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, entre outros, registram não só a grande contribuição dos empreendimentos de menor porte na economia como têm políticas governamentais voltadas ao apoio desses empreendimentos, tendo em vista sua importância do ponto de vista social e político.

Assiste-se, inclusive, nos principais países industrializados, a um movimento de valorização e apoio às empresas de menor porte com o objetivo de incrementar as oportunidades de trabalho e, principalmente, a inovação tecnológica como resposta à crise generalizada que se sucedeu ao choque do petróleo.

As pequenas empresas não se limitam à geração de empregos, mas contribuem decisivamente para a recuperação da economia mundial porque são responsáveis pela maior quantidade de novos produtos lançados no mercado. A capacidade de inovação das empresas menores tem produzido resultados surpreendentes em economias como a do Japão, para citar o exemplo mais importante.

No Brasil, o mais importante hoje é desenvolver uma mentalidade, a nível das esferas de poder e da própria sociedade, de que a retomada do desenvolvimento somente será efetiva e conseguida a um menor custo social se for conduzida pelo setor privado.

É preciso criar a consciência no País que a democracia para ser atingida em sua plenitude exige a desconcentração dos recursos e das decisões na esfera econômica. O regime de economia de mercado, com todas as suas imperfeições, tem demonstrado ser o que melhor se ajusta a um regime politicamente aberto. A verdade é que a economia orientada pelo mercado, além de crescer com as instituições democráticas, é a única que não tem sufocado atitudes democráticas.

Se queremos implantar no Brasil uma democracia sem adjetivos que assegure a todos a liberdade e a igualdade de oportunidades, precisamos reformular profundamente a economia. E se queremos a retomada efetiva

VI

O COLAPSO DO MARXISMO

Pio XI, o inesquecível Papa da Ação Católica, das missões e do Tratado de Latrão, afirmou que “o comunismo é intrinsecamente mau”. O que o consolidador da doutrina social da igreja, inaugurada por Leão XIII, condenava basicamente no comunismo aplicado na Rússia era a crueldade anticristã do terrorismo stalinista, a negação da liberdade e da dignidade do homem, a propagação do ódio e da intolerância e a iniquidade de um sistema baseado na força e no desafio às leis de Deus.

Decorridos 60 anos, os próprios descendentes daquela geração heróica e sacrificada e os sucessores do tirano vermelho denunciam ao Mundo o elenco de horrores que aniquilou tantas vidas, tantos valores e tantas esperanças. É o próprio Mikhail Gorbatchev. São funcionários, teóricos, intelectuais e artistas unidos sob a aragem benfazeja da perestroika que estigmatizam o passado de erros e crimes que até então permaneciam ocultos pela manutenção do terror e da repressão.

Outras revisões e mudanças estão ocorrendo em outras plagas, onde se impôs, pela violência, a panacéia marxista-leninista. Da China, dentro do clima de liberalização após Mao, nos vem a afirmação dos escritores Bia Hua e Wang Huafang e do astrofísico Fang Lizhi, confirmando que o balanço do socialismo na China é um “clamoroso fracasso”. Eles adiantam ainda que o marxismo-leninismo tem seu lugar na evolução da Humanidade, como tantas outras correntes de pensamento, mas “seu espírito e seus ideais morreram”. A Polónia está em ruínas e a classe operária revoltada exige mudanças na economia estatizante. Idem em outros países da Europa Central. Na Itália, os comunistas planejam coligar-se com os socialistas para adotarem um programa comum de renovação que promova seu ajustamento à nova revolução liberal que sacode o mundo moderno. Os PCS de Portugal, Espanha e França se desagregaram e procuram outros caminhos para acompanharem a onda de modernização que imporá a paz e a justiça de um mundo que será totalmente novo no século XXI.

No Brasil, os prosélitos da chamada nova República ainda sonham com a miragem estatocrática e socializante que se implantou na Europa nos últimos cem anos. O Manifesto de 1848 ainda é a bíblia de muitos intelectualóides que vagam ociosos pelos corredores das universidades brasileiras. Os tecnocratas e milicratas que se apoderaram da máquina administrativa ainda se guiam pelos discursos de Mustafá Kemal, de Primo de Rivera, de Mussolini, de Hitler, de Nasser e de tantos outros mistagogos cujas teorias nada mais

representam no Mundo atual, que está se libertando das querelas sociais e políticas iniciadas no século XIX.

O governo fraco e ilegítimo que se implantou por um acordo espúrio entre os agentes da ditadura e suas vítimas mais notórias se esvai sem autoridade e sem competência. O Brasil se afunda no nada, sem rumo definido, vítima da ruína das suas instituições políticas e da anemia aguda dos seus quadros dirigentes.

A oposição, dita de esquerda, é representada por grupelhos de incompetentes que se inspiram nas ditaduras sangrentas do Caribe que, ao lado dos impostores de Paraguai, Panamá e Chile, ainda infestam o continente sul-americano com o vírus da corrupção e do liberticídio.

Urge, sim, convergir para a liberalidade, para a integridade e para a competência, mas com o sólido programa de revisão dos princípios fascistóides que ainda dominam o serviço público brasileiro.

Com um projeto de governo que extirpe o cancro inflacionário pela raiz, cortando sem piedade, o déficit público e renegociando a dívida externa que nos obriga a emitir, cada vez, uma quantidade maior de papel-moeda para remunerar os exportadores e manter o cruzado em perene processo de desvalorização, urge, sim, convergir para a liquidação da ilicitude que avilou a máquina, principalmente nas estatais como a Petrobrás, onde quadrilhas de funcionários gatunos se digladiam para embolsar as propinas decorrentes de aplicações financeiras ilícitas. Convergir para reduzir ministérios, tirar os recursos da Previdência da mão de politiqueiros corruptos para os cofres da Fazenda. Convergir para inverter prioridades, plantar para os pobres comerem, aplicar recursos no saneamento básico, na educação e na saúde. Financiar a pesquisa e investir na inteligência. Tirar os assalariados da condição miserável e injusta em que vivem, em proveito de governantes venais e empresários ambiciosos, beneficiários dos subsídios e das tetas gordas da máquina pública.

O marxismo está morrendo. Devemos igualmente sepultar o amoralismo, a ineficiência e a cupidez que infestam o poder no Brasil, para fortalecer o liberalismo.

Somente a definitiva e sólida união dos estados com a Nação modernizará o País.

Depois de 15 de novembro, o povo brasileiro precisa enxergar outros caminhos para consolidar o desenvolvimento com liberdade.

Este é um caso chamado peleguismo, que acontece não apenas na área sindical trabalhista, mas também, na área empresarial. Podemos vivenciar e compreender isso durante os trabalhos da Comissão, vendo como este tipo de liderança empresarial faz política. Muitas de suas performances foram conseguidas, como a exclusividade no fornecimento ao governo e a nacionalização da indústria. Mas o desfecho dessas lideranças foi de críticas e lamentações. Por trás desse comportamento estava a manipulação, a corrupção ética, os acordos espírios. Não podemos mais aceitar esta forma de fazer política, nem por parte dos partidos, nem por parte dos políticos, nem de sindicalistas, nem de empresários. A sociedade brasileira exige mais respeito. Hoje, na visão do povo — conforme diversas e diferentes pesquisas de avaliação das instituições e de suas lideranças — a corrupção, a safadagem e a chamada direita ideológica estão alinhadas no único lado, atestado pelos resultados das últimas eleições, com a esquerda e a esquerda.

VII

PELEGUISMO EMPRESARIAL

É chegada a hora das denúncias e da revisão, das pessoas assumam suas posições de forma clara, pública, sem qualquer hesitação, sem ambições egoísta. É chegada a hora de assumir as responsabilidades de seus programas e das políticas públicas, descobrindo-se por onde se desviaram os princípios doutrinários. É chegada a hora de assumir a responsabilidade com o povo com a justificação de que a corrupção, a safadagem, a chamada direita ideológica estão alinhadas no único lado, atestado pelos resultados das últimas eleições, com a esquerda e a esquerda.

“A seu ver, a responsabilidade pelo desparecimento das forças de mercado entre nós não se deve apenas ao intervencionismo da nomenclatura estatal...” (Jornal da Tarde, SP 3-4-1989)

O peleguismo que vivemos no meio empresarial foi o tema que abordamos durante encontro promovido pelo PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais e pelo jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo, recentemente emendado no jornal da editorial do Jornal da Tarde (3-4-89) que transcrevemos.

A mídia que a campanha presidencial vai ganhando intensidade, alguma importância, questões começam a ser discutidas pelos candidatos. Uma dúvida relacionada ao cenário em que hoje se encontram as relações de mercado no Brasil e o Estado. O que se discute no futuro do cenário de mercado é a possibilidade de uma sociedade que vive sob a influência do poder “regulatório” das

Existente uma coisa chamada peleguismo, que acontece não apenas na área sindical trabalhista, mas, também, na área empresarial. Podemos vivenciar e comprovar isso durante os trabalhos da Constituinte, vendo como este tipo de liderança empresarial faz política. Muitas de suas pretensões foram conseguidas, como a exclusividade no fornecimento ao governo e a nacionalização da mineração. Mas o discurso dessas lideranças foi de críticas e lamentações. Por trás desse comportamento estava a manipulação, a negociação aética, os acordos espúrios. Não podemos mais aceitar esta forma de fazer política, nem por parte dos partidos, nem por parte dos políticos, nem de sindicalistas, nem de empresários. A sociedade brasileira exige mais respeito. Hoje, na visão do povo — conforme demonstram diferentes pesquisas de avaliação das instituições e de suas lideranças — a corrupção, a safadeza e a chamada direita ideológica estão alinhadas; no outro lado, atestado pelos resultados das últimas eleições municipais em algumas das principais regiões brasileiras, alinham-se a ética, o socialismo e a esquerda.

É chegada a hora das definições e da retidão, das pessoas assumirem suas posições de forma clara, nítida, sem transformismos imediatistas por ambições egoístas. É chegada a hora dos partidos políticos assumirem os seus programas e dos políticos assumirem seus compromissos com aqueles programas, descobrindo-se perante o povo com um mínimo de respeito aos seus princípios doutrinários. É chegada a hora de deixar de tentar enganar o povo com a mistificação de aglomerados partidários, onde misturam-se tendências estranhas, contraditórias e confusas. Quem é pelego que assuma, quem não é que se defina e se comporte como não sendo, evitando as misturas deste bolo estragado que tanto mal tem feito ao povo que não está mais disposto a engolir qualquer coisa.

O peleguismo que viceja no meio empresarial foi o tema que abordamos durante encontro promovido pelo PNBE — Pensamento Nacional das Bases Empresariais e pelo jornal *Gazeta Mercantil*, de São Paulo, perfeitamente entendido no seu fundamento, merecendo editorial do *Jornal da Tarde* (3-4-89) que transcrevemos:

“À medida que a companhia presidencial vai ganhando intensidade, algumas importantes questões começam a ser discutidas pelos candidatos. Uma delas é relativa ao estágio em que hoje se encontram as relações da iniciativa privada com o Estado. Outra diz respeito ao futuro da economia de mercado numa sociedade que vive sob a asfixiante tutela do poder “regulatório” das

diferentes agências administrativas do Executivo federal. E uma terceira trata da posição política do empresariado brasileiro com relação à própria eleição de novembro próximo.

Enquanto a maioria dos postulantes à Presidência da República vem tratando essas questões de modo ambíguo, na esperança de contar com o apoio político e com a ajuda financeira dos setores empresariais, o Deputado Guilherme Afif Domingos está adotando um comportamento inédito em nossa vida pública: o de falar sem meias-palavras, enfrentando com objetividade, franqueza e coragem todos os problemas que lhe são apresentados, mesmo que tenha de ferir suscetibilidades e contrariar interesses de muitos de seus antigos companheiros de lutas sindicais.

Em recente debate promovido pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais, um movimento de empresários paulistas formado para fazer oposição a grupos que dominam as mais importantes entidades empresariais do País, o candidato do Partido Liberal foi bastante feliz em seu diagnóstico sobre a estatização de nossa economia. A seu ver, a responsabilidade pelo desaparecimento das forças de mercado entre nós não se deve apenas ao intervencionismo da nomenclatura estatal; no seu avanço sobre os domínios privados ela também contou com a colaboração de empresários que sempre receberam a livre competição e que, graças a alianças com o poder público, conquistaram reservas formais e informais de mercado.

É por isso, como afirmou Afif, que muitas entidades empresariais se encontram hoje manipuladas por “pelegos”, ou seja, empresários beneficiários da estatização que afirmam combater. Na medida em que se tornaram cúmplices desse processo perderam autoridade moral para criticar o Estado. E as entidades empresariais por eles manipuladas, por sua vez, perderam representatividade e legitimidade, motivo pelo qual têm pouca influência no debate político atual.

“Existe uma coisa chamada peleguismo, que acontece não apenas na área sindical trabalhista mas, principalmente, na área empresarial. Eu estava na Constituinte e vi como essas lideranças empresariais costumam fazer política. Esses empresários conseguiram a exclusividade no fornecimento ao governo e a nacionalização do setor de mineração, entre outras coisas. Mas o discurso dessas lideranças foi o inverso ao que conquistaram. Foi o discurso de choroadeira. Por trás dessa choroadeira estava a manipulação, a negociação aética, o acerto prévio. É essa incoerência que caracteriza a estrutura cartorial, oligárquica e corporativa do Estado brasileiro, que pretendo acabar” — disse o candidato do Partido Liberal.

Em seu debate com os integrantes do Pensamento Nacional das Bases Empresariais o Deputado Guilherme Afif Domingos advogou a mesma tese que temos defendido em nossos editoriais: a campanha presidencial não vai

ser travada entre a esquerda e a direita — expressões que não têm qualquer significado no mundo moderno — mas entre os modernos e os arcaicos. Ou seja: o debate entre os candidatos não se dará em termos de uma polarização ideológica, mas em termos de uma concepção moderna de desenvolvimento político e econômico versus a continuidade de uma estrutura corrompida e corrupta de poder. E é por isso, justamente, que muitas lideranças empresariais beneficiárias dessa estrutura, em vez de apoiar publicamente os candidatos que têm a coragem de defender a causa do liberalismo, já estariam comprometidas com partidos e candidatos representativos do que há de mais anacrônico e fóssil em matéria política. Aqueles que eles consideram menos ruins...

“Essas lideranças não estão me apoiando porque eu não aceito o tipo de compromisso que desejam. Vejam o Senador Mário Covas, por exemplo. Disseram que ele marcou presença na Constituinte votando contra as posições empresariais. Hoje ele está sendo procurado por vários setores empresariais. Eu não quero compromisso com essas entidades oligárquicas, porque representam o que há de mais conservador neste País. Isso fica claro quando os representantes dessas entidades sentam para negociar um pacto nacional. Não sai pacto nenhum, porque não representam, efetivamente, ninguém, a não ser eles mesmos e seus próprios interesses, que invariavelmente passam pelo subsídio do Estado” — completou Afif.

Se examinarmos com isenção o cenário brasileiro atual, veremos como é correto o diagnóstico do candidato do Partido Liberal. O debate presidencial encontra-se embotado e confuso porque quase todos os mecanismos representativos, partidários ou não, estão minados pelas diferentes formas de peleguismo. E o eleitorado, nas últimas eleições, já deixou claro o seu repúdio aos beneficiários dessa estrutura esclerosada de poder, votando nos candidatos não comprometidos com o *status quo*, independentemente de suas convicções ideológicas. Foi por isso, como reconheceu Afif, que São Paulo elegeu uma D. Erundina e Recife elegeu um Joaquim Francisco: embora ela seja marxista e ele um liberal, ambos fizeram uma campanha denunciando o cartorialismo e o tráfico de influência — o que há de mais característico no Brasil arcaico. Por conseguinte, o povo não votou em ideologias, porém em valores.

A tomada de posição do candidato do Partido Liberal representa, assim, o momento mais alto do debate político desde o início da campanha presidencial. Corajosa e objetiva, ela constitui um novo paradigma de proposta política, na medida em que desmistifica os jargões e clichês dos representantes do arcaísmo e propicia discussões mais francas e proíficas em torno dos verdadeiros problemas que entravam a evolução do Brasil para o *status* de nação adulta e amadurecida. O mérito de Afif é o de contribuir, pela coragem e pela coerência pessoal, para desmascarar os falsos líderes partidários e empresariais, restaurar a legitimidade das entidades representativas, estimular a

emergência de lideranças autênticas e motivar o eleitorado para tomar uma decisão lúcida em novembro próximo quando o que estará em jogo não é apenas um mandato executivo, mas a opção entre um Brasil moderno, integrado ao Primeiro Mundo, ou a continuidade do arcaísmo típico dos países do Terceiro Mundo, que condena suas sociedades à pobreza e ao obscurantismo."

VIII

DESENVOLVIMENTO COM LIBERDADE

A ORIGEM DOS NOSSOS PROBLEMAS

Hoje, infelizmente, o ambiente político é visto com desconfiança, como um ambiente desonesto, um ambiente de golpes não recomendável para cidadãos de bem. Temos que mudar isto!

Além disso, o centenário da Proclamação da República, o que pode significar o início de uma nova era. Estamos começando a República do primeiro século. Acho que é importante analisar, mesmo que rapidamente, o que aconteceu nestes 100 anos de República, em que o povo pouco participou na história dos nossos tumos e cambalhões. No período de 1889 a 1930, não havia participação popular nas decisões do País, tanto que existia um risco de revolta em toda a Nação naquela época, pois tínhamos eleições e o povo não participava no processo. (Menos de 3% do total da população participava das eleições da República fundada em 1889). Muitos movimentos surgiram naquela época, destacando-se a Campanha Civilista de Rui Barbosa, o Movimento Tenentista de 1921 e a Coluna Prestes de 1924, que deu origem à Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

1

O Governo Vargas (1930/45) foi marcado pela crescente intervenção do Estado nos domínios económico e social. Como admirador de Mussolini, ele introduzia no Brasil reformas sociais semelhantes às adotadas pelo fascismo na Itália.

A ORIGEM DOS NOSSOS PROBLEMAS

Getúlio Vargas na época buscava um modelo calcado no nazismo e no fascismo, cuja principal característica é a hegemonia política do Estado, exercida por líderes políticos da época. Hitler na Alemanha (nazismo), Mussolini na Itália (fascismo), Franco na Espanha, Salazar em Portugal. O modelo nacional-socialista adotado por Getúlio encontrava ampla aceitação entre as massas graças à sua habilidade política, as inovações introduzidas na legislação social e ao encaminhamento da luta repressiva de seus opositores.

Era um nacionalismo de massa e não de elite, na altura, o objectivo principal das medidas adotadas era o de manter a populocracia e a centralização de Vargas no poder. Esse modelo encontrou respaldo para um novo modelo de governo, iniciado em 1937 e encerrado com o suicídio em 1964. Vargas foi o primeiro de uma série de líderes populistas surgidos na história do Brasil: João Goulart, Adalberto Buarque e João Quadros.

Apesar da Revolução de 1930, a estrutura do Estado brasileiro manteve-se sem a participação do povo nas decisões. Nos anos trinta o primeiro grande movimento em favor desta participação surgiu na forma da Constituinte que, na verdade, mudava o conceito de participação. Getúlio foi, ao mesmo tempo, de grande importância para a vida nacional. Nas três décadas seguintes

Vivemos o centenário da Proclamação da República, o que pode representar o início de uma nova era. Estamos começando a República do próximo século. Acho que é importante analisar, mesmo que rapidamente, o que aconteceu nestes 100 anos de República, em que o povo pouco participou na busca dos nossos rumos e caminhos. No período de 1889 a 1930, não havia participação popular nas decisões do País, tanto que existia um clima de revolta em toda a Nação naquela época, pois tínhamos eleições em que o povo não participava no processo. (Menos de 3% do total da população participava das eleições da República fundada em 1889). Muitos movimentos surgiram naquela época, destacando-se a Campanha Civilista de Rui Barbosa, o Movimento Tenentista de 1922 e a Coluna Prestes de 1924, que desembocaram na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

O Governo Vargas (1930/45) foi marcado pela crescente intervenção do Estado nos domínios econômico e social. Como admirador de Mussolini, ele introduziu no Brasil reformas sociais semelhantes às adotadas pelo fascismo na Itália: são os casos de corporativismo sindical e da legislação trabalhista, cópia textual da “Carta di Lavoro”.

Getúlio Vargas na época buscava um modelo calcado no nacional-socialismo, cuja principal característica é a hegemonia política do Estado, adotado por líderes políticos da época. Hitler na Alemanha (nazismo), Mussolini na Itália (fascismo), Franco na Espanha, Salazar em Portugal. O modelo nacional-socialista adotado por Getúlio encontrava ampla aceitação popular graças a sua habilidade política, as inovações introduzidas na legislação social e ao cerceamento da livre expressão de seus opositores.

Era um nacionalismo de meios e não de fins, ou seja, o objetivo principal das medidas adotadas era o de manter a popularidade e a continuidade de Vargas no poder. Este modelo encontrou respaldo para um novo período de governo, iniciado em 1951 e encerrado com o suicídio em 1954. Vargas foi o primeiro de uma série de líderes populistas surgidos na época, como João Goulart, Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

Apesar da Revolução de 1930, a estrutura do Estado brasileiro continuou sem a participação do povo nas eleições. Em 1945 houve o primeiro grande movimento em favor desta participação através de uma Constituinte que, na verdade, mudava o conceito daquela participação. Getúlio foi, no seu tempo, de grande importância para a vida nacional. Esse fato foi reconhecido

em 1950, nas urnas, quando retomou, com o apoio popular, a política do social-nacionalismo por ele implantada, que se baseava em um Estado forte. Dentro deste modelo, surgiram as famosas empresas estatais, muitas delas em crise hoje.

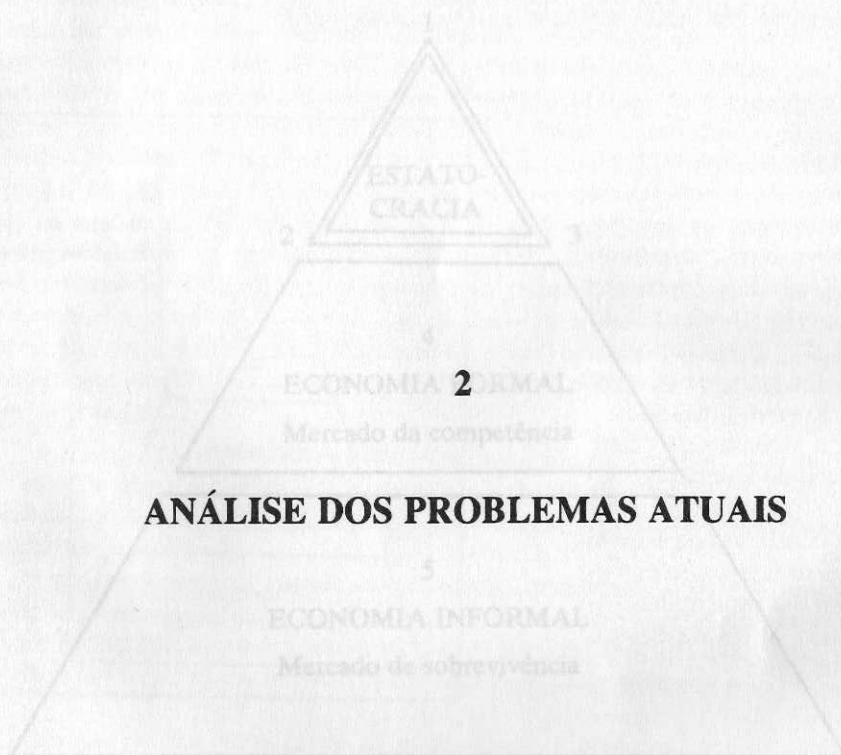
Nas eleições de 1946, Getúlio fez pronunciamento de apoio à candidatura de Dutra à presidência, decisivo à eleição deste.

Em 1954, Getúlio, que era o grande líder paternalista deste País, o pai do início do seu processo de estatização, desapareceu como presidente. E o Brasil, naquele instante, perdia seu grande pai, perdia seu tutor. O povo acreditava piamente em alguém que pudesse vir a salvar a Pátria. Foi quando surgiu, na minha opinião, aquele que é o pai da modernidade brasileira: Juscelino Kubitschek de Oliveira. Que fez Juscelino? Ele não queria que o povo acreditasse nele como um salvador da Pátria! Ele veio com um projeto moderno, com seu programa de metas. Foi um programa bem traçado, com objetivos muito claros, visando à modernização do Brasil através do processo de industrialização do País que, naquela época, importava tudo. Qual foi a melhor obra de Juscelino Kubitschek? Foi fazer o brasileiro acreditar em si mesmo, repetindo: "Não acreditem em mim como pai da Pátria, acreditem em mim como alguém que acredita em você, cidadão, que acredita na força do seu trabalho". Foi assim que Juscelino fez o brasileiro acreditar em si, perdendo o complexo de inferioridade como um cidadão do mundo. O Brasil não vivia mais entre as nações menores ou entre os países subdesenvolvidos do terceiro mundo, pelo contrário, o Brasil naquele instante assumia uma posição de igualdade perante os países mais desenvolvidos. Depois de Juscelino, o presidente eleito em 1960 renunciou oito meses após tomar posse. E ao renunciar, nos parece que o País parou. Entramos num instante obscuro da história brasileira e, tudo aquilo de positivo que foi feito na gestão Juscelino Kubitschek foi abandonando. Surgiu um período de extrema instabilidade, que culminou com o golpe militar de 1964. A partir daí tivemos mais um período sem a participação do povo no processo político. A rigor, em termos de participação popular, nós só tivemos de 1945 até 1960. De 1961 para cá o povo não mais participou das decisões sobre seu destino. O resultado disso tudo, fazendo uma análise destes 100 anos de República, é que tivemos apenas 15 anos de participação popular efetiva, na busca de um novo caminho. O ano de 1989 marca exatamente o reinício, a retomada do processo democrático, e essa retomada significa o momento em que o Brasil deve romper com aquela estrutura do passado, aquela estrutura paternalista, aquela estrutura do Estado tutor da sociedade. Juscelino pretendia voltar, porque durante seu governo desenvolveu apenas a primeira etapa do seu plano: a industrialização do País (50 anos de desenvolvimento em cinco anos de gestão). Esta primeira etapa foi cumprida porque houve o processo de modernização industrial do Brasil. Mas a segunda etapa que seria o plano de 1965, foi frustrada, pela não-participação do povo no processo eleitoral impedindo que aquele plano (cinco anos de agricultura, 50 anos de fartura) fosse concretizado.

Juscelino pretendia, efetivamente, voltar para completar o ciclo, tanto é que arrancou a Capital do Rio de Janeiro e a fincou no coração do Brasil, rumo à conquista da nova fronteira agrícola, num Brasil novo. Este ciclo foi interrompido com o golpe de 1964, que acabou criando uma política de desenvolvimento sem liberdade, desenvolvimento sem povo, uma política que concentrou a riqueza nas mãos de poucos, concentrou poder nas mãos de poucos, criou uma estrutura fechada, a serviço daqueles que compunham tal estrutura. Tivemos então a concentração do povo, espremido nos grandes centros desenvolvidos, criando o triste contraste entre a riqueza e a miséria que encontramos hoje no País.

ANÁLISE DOS PROBLEMAS ATUAIS

"TRIÂNGULO DE FERRO"



ANÁLISE DOS PROBLEMAS ATUAIS

Referências:

1. Estatocracia (capela do Estado)
2. "Capitalistas" (empresários dependentes do poder)
3. Políticos (os fisiológicos, ocupadores de votos)
4. Economia formal (núcleo dos competentes, empresários independentes e trabalhadores que capitalizam o domínio da competição de mercado)
5. Economia informal (composto por gente competente que, para sobreviver, trabalha por "debaixo do pano", fugindo dos entraves burocráticos e dos elevados tributos, no segmento chamado de economia informal)

“TRIÂNGULO DE FERRO”



Referenciais:

1. Estatocracia (cúpula do Estado)
2. “Capitalistas” (empresários dependentes do poder)
3. Políticos” (os fisiologistas, caçadores de votos)
4. Economia formal (núcleo dos competentes, empresários independentes e trabalhadores que enfrentam o desafio da competição de mercado)
5. Economia informal (composto por gente competente que, para sobreviver, trabalha por “debaixo do pano”, fugindo dos entraves burocráticos e dos elevados tributos, no segmento chamado de economia informal)

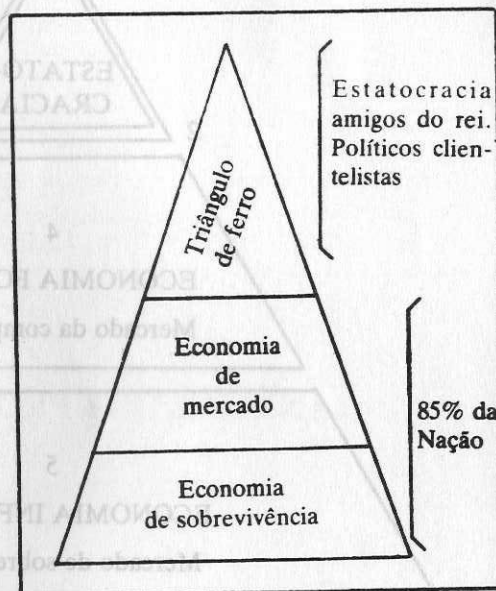
Depois de mostrar uma democracia só em 15 anos de participação popular, o resultado não poderia ser outro. Vou tentar elaborar uma radiografia da realidade brasileira de hoje, para situar os inimigos da Pátria, aqueles que vivem explorando o povo, embora seus discursos tentem mostrar o contrário.

Através de uma pirâmide, dividida em três partes, vamos ilustrar a localização dos vários segmentos da nossa sociedade:

Na base, está o que eu chamo de economia de sobrevivência, a que costumam chamar de economia informal (mercado paralelo, “debaixo do pano”). E onde, hoje, tenta sobreviver a maioria do povo brasileiro.

Eu a chamo de “catacumba do sistema econômico”, numa comparação com a antiga Roma, onde os cristãos se escondiam nas catacumbas para não serem devorados pelos leões.

Aqui é a mesma coisa: quem quer sair da economia de sobrevivência, encontrará um “leão” para comer as suas economias. Segundo dados do IBGE, 53% da população economicamente ativa do Brasil vive da economia de sobrevivência (ou economia informal). Isto significa que 28 milhões de pessoas, hoje, no Brasil, estão vivendo sem registro profissional. Gente que troca casa e comida por salário; uma leva enorme de microempresas sem registro: camelôs, com os quais você esbarra na rua etc. Todos na economia de sobrevivência, que hoje tem um volume maior de pessoas do que a própria economia formalizada. É a economia por “debaixo do pano”, a economia de guerra. Esta é, também, uma economia de mercado, porque aqui não



há privilégios, nem protegidos, todos têm que sobreviver à custa de sua competência.

Na 2ª parte da pirâmide, está aquele grupo de pessoas — sejam empresários ou empregados — que vive tentando competir. É a faixa ativa do mercado que eu chamo de regime competente, porque competente é quem tem competência para competir e incompetente é quem não tem essa competência. Aí está a nossa economia espremida, as pessoas que operam para fazer sua receita no fim do mês. Aqui estão profissionais liberais, micros, pequenas e até grandes empresas que vivem no regime de competição. O regime competente da economia de mercado (formal ou informal) representa a Nação brasileira. Porque nela estão 85% da sua população economicamente ativa. É esse grupo que paga a conta da crise brasileira, porque a crise não está localizada na Nação brasileira, a crise está localizada na cúpula. Fico perplexo quando se divulga que o crescimento do PIB foi zero, ou seja, que a soma de todo esforço do povo não cresceu, pois como se explica, por exemplo, o aumento de 9% que tivemos no consumo de energia? Isto ocorre porque a economia por “debaixo do pano” está sobrevivendo independentemente da estrutura do Estado. Assim mesmo, apesar de tudo, esta Nação tem vitalidade.

Portanto, devemos analisar efetivamente onde está a crise. A crise está no alto da nossa pirâmide, na parte que eu chamo de “triângulo de ferro”, também conhecido como “Triângulo das Bermudas”, porque o dinheiro nosso que cai lá, desaparece!

Composto por três grupos extremamente poderosos, o vértice superior comporta uma nova classe: a estatocracia, formada por aqueles senhores que vivem do Estado brasileiro, ditando regras. São os “reis” da sabedoria, são os planejadores e os organizadores que vivem de salários pagos pelo povo.

Eu não incluo, nesta classe da estatocracia, o bom funcionário público, aquele que tem funções definidas, como cuidar da educação, da saúde pública, da segurança, da justiça, da pesquisa científica. Mas o setor onde está localizado o empreguismo do Estado, a estatocracia que se esconde atrás do interesse social. Aliás, hoje, a palavra social no Brasil mudou de significado.

Quando algum burocrata falar em interesse social, o que ele está querendo dizer é que o Estado precisa aumentar a sua função, para aumentar os empregos para os apaniguados.

É a política do emprego público promovido pela estatocracia.

Esta estrutura que está encastelada no pico mais alto, exerce o poder com mãos de ferro, através do uso do dinheiro tirado da sociedade. E o que os economistas chamam de “poupança compulsória ou dispêndio compulsório” é aquilo que é tirado do seu salário para pagar ao Estado. Por exemplo, do seu salário, 40%, no mínimo, é consumido por impostos compulsórios.

O FGTS, que é patrimônio do trabalhador, e que, devidamente tratado seria uma poupança compulsória de fato, é manipulado por eles e não volta na forma de benefícios para a sociedade como deveria ocorrer. Os recursos do FGTS deveriam, por exemplo, resolver o problema da habitação no Brasil, contudo, não são canalizados, em sua totalidade para tais fins. A estatocracia mantém o poder sobre o outro segmento, que é seu aliado. É o segundo grupo, o grupo beneficiário do gasto público. Aí encontramos o estranho capitalista brasileiro, aquele que gosta de reservas de mercado e não quer concorrer. É o capitalista que só tem "lista", porque, capital, ele vai buscar nos cofres do poder, onde está o dinheiro público, que o governo tirou, "na marra", do bolso do contribuinte. A empresa privada que participa deste grupo é uma empresa que, por ser protegida pelos subsídios, na hora em que vai "quebrar", passa para as mãos do governo. Está aí o "cemitério" do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Além das empresas privadas, este grupo engloba várias empresas públicas.

Os interesses dessas empresas privadas, ou públicas, escondem-se atrás de uma outra bandeira; como a estatocracia se esconde atrás da bandeira do "social", esta estrutura se esconde atrás da bandeira do "nacional". A defesa do "interesse nacional", na verdade, é uma forma de manter estas empresas, que normalmente perpetuam golpes contra o povo, como aquelas responsáveis por escândalos financeiros não esclarecidos.

Quanta gente "mamou" o dinheiro do povo, levou o dinheiro para fora do País e permanece impune!

E, finalmente, o último grupo é composto pelos políticos clientelistas. São alguns membros do ambiente político brasileiro sempre de acordo com a bandeira do "social", porque quanto mais se expandir a função do Estado, mais empregos existirão para os seus apaniguados, os seus parentes, os seus amigos.

É o que se chama de nepotismo, ou seja, uso da máquina pública para abrigar os parentes. Hoje, famílias inteiras vivem desta estrutura do Estado e, o que é pior, o mal exemplo vem lá de cima, talvez até do próprio gabinete presidencial. Portanto, o "tudo pelo social" na verdade esconde outros interesses. Esses políticos sempre querem o "tudo pelo social" exatamente para poder colocar seus parentes, amigos e protegidos em cargos públicos. Estas pessoas, junto com empresas e empresários incompetentes, normalmente financiam as campanhas desses políticos para que eles possam defender os seus interesses no Congresso Nacional. Tais empresas, uma vez que não vivem em regime de mercado conseguem repassar para o preço o custo da sua incompetência. E o consumidor paga por isso! As empresas públicas têm, muitas vezes, o monopólio do setor em que atuam e, sem nenhuma concorrência, cobram tarifas abusivas para financiar a sua incompetência. Veja, por exemplo, a sua conta de água, sua conta de luz, o preço dos combustíveis.

Dentro da teoria está embutida a forma de arrancar recursos da sociedade, que não tem por onde escapar. No ano de 1988 a tarifa da energia elétrica subiu 1.300% e a inflação foi de 993%. As estatais conseguem fazer isto porque estão protegidas pela estrutura do "triângulo de ferro". Estrutura que se manteve viva até 1982, a partir de empréstimos do exterior, quando os agentes financeiros observaram o grau da safadeza e cortaram o crédito. Passaram, então, a realizar empréstimos aqui mesmo, originando a dívida interna. Para isso utilizaram um braço amigo, que é o braço da estrutura dos bancos privados ou públicos, que toma a poupança popular. Poupança que, ao invés de estar a serviço da atividade produtiva, é usada para financiar esta estrutura corrupta na cúpula. Em 1983 fui ao presidente de então, mostrar a elevada taxa de juros cobrada, para provar que não era possível uma atividade lícita continuar sobrevivendo com aquela taxa de juros. Foi quando o presidente deu aquele famoso recado ao seu então ministro: "É possível suportar isso até quando?"

Bem, nada mudou desde então. O "triângulo de ferro" continuou consumindo os recursos da sociedade, não só através dos empréstimos, mas também através do aumento de impostos. Em todo final de ano, contando com o apoio dos políticos, surgem "pacotes" tributários, a pretexto de cortar despesas, mas na verdade, com o objetivo de aumentar a receita para equilibrar o déficit público. As despesas aumentam a cada dia, pois cresce o número de funcionários da máquina, os subsídios são incrementados e há ainda a safadeza e a corrupção da estrutura do poder. Essas despesas são financiadas, ou com o aumento de impostos, ou pela emissão de moeda. Como a alíquota dos impostos é abusiva, os aumentos de impostos têm efeito contrário ao esperado: "é a fuga do leão", gerando falta de dinheiro. Então o governo comete estelionato, pois quando falta dinheiro no orçamento, recorre à "maquininha" do Banco Central e emite a moeda, falsificando o valor do dinheiro que está na mão do povo, gerando inflação. Chamo de estelionato porque você, como cidadão, não pode continuar sobrevivendo se gasta mais do que recebe. Se você, num determinado mês, estourou seu gasto, faz um empréstimo, mas se você ficar tomando emprestado a toda hora, vai chegar um momento em que ficará com o seu nome sujo na praça e, aí, perde o crédito. O que você faz então, até poder pagar esta dívida antiga; reduz seus gastos e equilibra seu orçamento. Já pensou que beleza, se na hora em que faltar dinheiro no seu orçamento, você pudesse ir no fundo do quintal da sua casa imprimi-lo? Mas não pode. É crime de estelionato para você. Aquilo que é considerado estelionato, o governo pratica todos os dias e chama de política monetária. O governo é então, nesta linha de pensamento, o cidadão que falsifica moeda.

É este o tipo de estrutura que está, hoje, pesando sobre as costas da Nação e nós temos que quebrar este "triângulo de ferro".

A oportunidade que a Nação tem para isso é escolher não dirigentes impostos por arranjo de cúpula, mas dirigentes comprometidos com a Nação brasileira. Chegou o momento de começar a quebrar esta estrutura viciada, através do apoio popular. Porque o presidente que for eleito com o apoio de 85% da Nação poderá enfrentar a estrutura do "triângulo de ferro". Terá oportunidade, se tiver um plano de diretrizes e metas, de atingir este objetivo. Com o apoio que ele receberá do povo, terá condições de quebrar esta estrutura do "vale tudo" e da corrupção nacional.

Problemas não faltam. De "especialistas" em apontar problemas, o Brasil está cheio; mas qual a solução? Qual a saída? Qual o caminho? Está claro que a crise, hoje, está localizada no Estado brasileiro e não na Nação brasileira, e que um plano de governo passa pelo reajustamento da estrutura do Estado, redizindo-o às suas funções básicas. É urgente, para um país como o nosso, a retomada do desenvolvimento com liberdade. Nós não podemos nos atrasar mais. O Brasil parou de crescer - ordenadamente, e este crescimento tem que ser retomado, porque as novas gerações estão aí e temos que gerar milhões de empregos por ano.

Mas o caminho tem que se abrir. De volta às origens. De volta às raízes, porque estas raízes e estas origens foram abandonadas. Quando nos falamos do plano Jussélio Kubitschek na história, é porque foi um plano que deu um enorme impulso à sua 1ª etapa, mas que teria uma sequência. Jussélio planejou o desenvolvimento em cinco anos, que era a industrialização preparatória para o segundo grande ciclo de desenvolvimento sob o lema "cinco anos de agricultura, 50 anos de fatura".

Se olharmos desde a base da formação do Estado brasileiro, vemos que foi formado pela prioridade dada para a industrialização. Mas, na industrialização aconteceu onde já havia o abacaxi da agricultura que existia apenas na região Centro-Sul.

O projeto dos 50 anos, em cinco de industrialização, aconteceu no período de 1956 a 1960, daí a implantação da indústria automobilística, da indústria de base, da própria indústria naval e da indústria siderúrgica. Daí para frente nos tivemos um desvio de rota do desenvolvimento, com a renúncia ocorrida em 1961 e, depois, com a ruptura internacional de 1964, surgindo um modelo enormemente concentrador de riqueza, voltado para projetos grandiosos, de presença maciça do investimento do Estado, que ignorou a nossa origem agrícola. O plano de "cinco anos de agricultura e 50 anos de fatura", teve o seu primeiro impulso com o deslocamento da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, no coração do Brasil. Esta seria a nova região escolhida para que houvesse harmonia no desenvolvimento brasileiro, já que o Centro-Sul alcançava um equilíbrio entre a agricultura e a industrialização que não ocorria nas regiões Norte e Nordeste. As dificuldades destas regiões surgem porque há o problema de aproveitamento inadequado da água, uma vez que a água existe, mas não é racionalmente aproveitada. Nas regiões

Problemas não faltam. De “especialistas” em apontar problemas, o Brasil está cheio; mas qual a solução? Qual a saída? Qual o caminho? Está claro que a crise, hoje, está localizada no Estado brasileiro e não na Nação brasileira, e que um plano de governo passa pelo reajustamento da estrutura do Estado, reduzindo-o às suas funções básicas. É urgente, para um país como o nosso, a retomada do desenvolvimento com liberdade. Nós não podemos nos atrasar mais. O Brasil parou de crescer ordenadamente, e este crescimento tem que ser retomado, porque as novas gerações estão aí e temos que gerar milhões de empregos por ano.

Mas o caminho tem que ser outro. De volta às origens, de volta às raízes, porque estas raízes e estas origens foram abandonadas. Quando nós falamos do plano Juscelino Kubitschek na história, é porque foi um plano que deu um enorme impulso na sua 1ª etapa, mas que teria uma seqüência. Juscelino pretendia voltar para a 2ª etapa do seu projeto em 1965. A 1ª etapa foi: 50 anos de desenvolvimento em cinco anos, que era a industrialização preparatória para o segundo grande ciclo de desenvolvimento sob o tema “cinco anos de agricultura, 50 anos de fartura”.

Se olharmos desde a base da formação do Estado brasileiro, vemos que foi formado pela prioridade dada para a industrialização. Mas esta industrialização aconteceu onde já havia o alicerce da agricultura que existia apenas na região Centro-Sul.

O projeto dos 50 anos, em cinco de industrialização, aconteceu no período de 1956 a 1960, daí a implantação da indústria automobilística, da indústria de base, da própria indústria naval e da indústria siderúrgica. Daí para frente nós tivemos um desvio de rota do desenvolvimento, com a renúncia ocorrida em 1961 e, depois, com a ruptura institucional de 1964, surgindo um modelo enormemente concentrador de riquezas, voltado para projetos grandiosos, de presença maciça do investimento do Estado, que ignorou a nossa origem agrícola. O plano de “cinco anos de agricultura e 50 anos de fartura”, teve o seu primeiro impulso com o deslocamento da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília, no coração do Brasil. Esta seria a nova região escolhida para que houvesse harmonia no desenvolvimento brasileiro, já que o Centro-Sul alcançava um equilíbrio entre a agricultura e a industrialização que não ocorria nas regiões Norte e Nordeste. As dificuldades destas regiões surgem porque há o problema de aproveitamento inadequado da água, uma vez que a água existe, mas não é racionalmente aproveitada. Tais regiões

têm enorme potencial. Nela podemos desenvolver a agricultura nos 365 dias do ano utilizando a irrigação. Na hora em que utilizarmos bem a irrigação, teremos produção o ano inteiro e todos os investimentos que fizemos em estrutura fixa, seja ela de estrada ou armazéns, gerará retorno compensador. Mas este plano de Juscelino acabou sendo esquecido e o que nós tivemos nos últimos 25 anos, como modelo de desenvolvimento, acabou por gerar crescimento apenas nos centros já dinâmicos da nossa economia. Assim, ao invés de um desenvolvimento harmônico, temos, hoje, uma desintegração entre os investimentos e os projetos de desenvolvimento. Prova disto é o projeto da ferrovia Norte-Sul que só pode ser viável desde que exista um projeto agrícola em torno desta linha, para que ela possa ter o que transportar. Portanto, acabou a época dos projetos inconseqüentes. Eles têm que estar voltados a objetivos bem definidos, de acordo com a nossa meta: 200 milhões de toneladas de alimentos para o início do próximo século. Tal projeto visa, antes de mais nada, a dar condições de alimentar o nosso povo como prioridade básica e exportar o excedente.

A agricultura no Brasil, tem uma influência muito grande em todo o processo econômico, pois quando a agricultura vai bem, o comércio limpa a prateleira e não existe desemprego na indústria. Comprovam esta teoria a existência de inúmeros municípios brasileiros onde não há crise, pois executam um projeto agrícola moderno, integrado com a agroindústria. Será que nós não temos condições, a curto e a médio prazos, de desenvolver e multiplicar o modelo desses municípios pelo País? Não seria possível criar pólos de desenvolvimento para cortar o fluxo migratório improdutivo que ainda continua? Existe um fluxo migratório positivo que atende necessidades produtivas. Há gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas e mineiros que já começam a se deslocar para regiões até então consideradas inviáveis economicamente acreditando serem essas regiões uma nova Canaã, ou seja, uma "nova terra prometida".

Outro grande desafio é promover uma distribuição justa da riqueza, que possa propiciar ao povo brasileiro boas condições de educação e saúde e a garantia de seus direitos fundamentais de vida e bem-estar. É preciso garantir as condições de aproveitamento da imensidão de riquezas do Brasil. Este é o desafio do próximo século, assim será escrito o nosso plano de diretrizes e metas. É a volta às origens, volta às raízes (cinco anos de agricultura, 50 anos de fartura!)

É assim que nós vamos retomar o caminho do desenvolvimento e proporcionar condições de equilibrar o desenvolvimento e a riqueza em nosso País.

Este é o nosso desafio!

Muitas pessoas perguntam como implantar um projeto como este, com as estruturas políticas que hoje existem, com as grandes máquinas partidárias e com as estruturas de cúpula do poder tentando barrar qualquer mudança? Afirmo que é possível, desde que se acredite nas ideias honestas e na capacidade do trabalho, porque, se hoje as coisas estão ruins, é pela omissão das pessoas de bem. Quantas vezes você já não pensou em participar de algum projeto político, mas desistiu pela falta de um projeto que merecesse a sua confiança e pela descrença nos políticos?

4

A RESPONSABILIDADE DA PARTICIPAÇÃO

Hoje, infelizmente, o ambiente político é visto com desconfiança, como um ambiente escuro, um ambiente de golpes não recomendável para cidadãos de bem. Temos que mudar isso. Mas, qual o caminho? Golpes, nunca mais! Nem civis, nem militares. Hoje temos as Forças Armadas queridas mais do que nunca, mas elas não podem fazer um projeto político com maioria absoluta de votos, escolher um candidato sério com um projeto honesto. A última eleição presidencial foi feita com um colégio eleitoral de 15 milhões de eleitores. Pelo menos a metade dessas pessoas hoje, não vota mais, seja por idade, seja porque já não estão entre nós. A outra metade dos 15 milhões, ou seja, 7,5 milhões de pessoas, representa atualmente apenas 40% do colégio eleitoral, que em 1989 é da ordem de 20 milhões de eleitores e que escolherá o futuro presidente da República. Logo, 90% dos brasileiros deverão votar pela 1ª vez para presidente da República, como é o meu caso, de meus filhos e de minha esposa. E temos a obrigação de votar, com a consciência da grande responsabilidade histórica, para que esta primeira vez não se transforme na última.

Muitas pessoas perguntam como implantar um projeto como este, com as estruturas políticas que hoje existem, com as grandes máquinas partidárias e com as estruturas da cúpula do poder tentando barrar qualquer mudança? Afirmo que é possível, desde que se acredite nas idéias honestas e na capacidade do trabalho, porque, se hoje as coisas estão ruins, é pela omissão das pessoas de bem. Quantas vezes você já não pensou em participar de algum projeto político, mas desistiu pela falta de um projeto que merecesse a sua confiança e pela descrença nos políticos?

Hoje, infelizmente, o ambiente político é visto com desconfiança, como um ambiente desonesto, um ambiente de golpes não recomendável para cidadãos de bem. Temos que mudar isso. Mas, qual o caminho? Golpes, nunca mais! Nem civis, nem militares. Hoje, nem as Forças Armadas querem mais se envolver neste tipo de ação. É nossa obrigação, neste momento histórico, onde pela primeira vez vamos eleger um presidente com maioria absoluta de votos, escolher um candidato sério com um projeto honesto. A última eleição presidencial foi feita com um colégio eleitoral de 15 milhões de eleitores. Pelo menos a metade dessas pessoas hoje, não vota mais, seja pela idade, seja porque já não estão entre nós. A outra metade dos 15 milhões, ou seja, 7,5 milhões de pessoas, representa atualmente menos de 10% do colégio eleitoral, que em 1989 é da ordem de 80 milhões de eleitores e que escolherá o futuro presidente da República. Logo, 90% dos brasileiros deverão votar pela 1ª vez para presidente da República, como é o meu caso, de meus filhos e de minha esposa. E temos a obrigação de votar, com a consciência da grande responsabilidade histórica, para que esta primeira vez não se transforme na última.

Em 4-3-89, na Casa de JK, em Diamantina, lançamos para todo o Brasil um grito pela liberdade, visando encontrar o fio da meada histórica, no ponto exato de onde houve o desvio.

"Vimos dar, a partir de Minas, o primeiro passo. Aqui todas as idéias se agigantam. Destas alturas se irradia a voz do cristão montanhês com a força dos apelos irreversíveis. Em Minas Gerais estão plantadas todas as nossas fontes de fé. As suas reservas de liberalismo deram ao Brasil os mais altos exemplos de desenvolvimento e altivez. A sua incompatibilidade com o autoritarismo está assinalada no Martírio. Inconfidentes no desafio memorável do 7 de abril, na Revolta Liberal de Teófilo Ottoni, no Lançamento do Manifesto de 1943 e em todos os instantes em que foi preciso repelir o despotismo e desafiá-lo."

IX

MODERNIZAR O BRASIL

"Sabemos as culminâncias da terra que viu nascer o maior de todos os mineiros deste século para nos oferecer uma proposta de desagravo, de amor e de fé."

Carta de Diamantina

"O Brasil ainda não respondeu à altura aos algozes de Juscelino Kubitschek. O Brasil ainda não cobrou a frustração imposta à gente mineira que se viu privada da ação dos seus sonhos. Quer se renovar escutará a voz dos seus desejos e se exaltará pelas memórias."

"Queremos que a probidade seja o alicerce da ação administrativa em respeito aos direitos da cidadania."

"Daqui tiramos as ruas. Iremos de porta em porta chamar por desenvolvimento com liberdade. Chamarémos pelos pobres. Pelos que não comem. Pelos que não têm teto. Pelos que não têm escola. Pelos que não têm transportes. Pelos que não têm assistência médica. Pelas crianças. Pelos espoliados. Pelos deserdados. Pela vida em todas as suas formas. Pela natureza. Pelos que não têm justiça e segurança. Pelos que não têm liberdade. Iremos abraçar a juventude a quem oferecemos os resultados deste esforço, desta jornada e deste projeto de reconquista da liberdade, da justiça e da verdade. Iremos em direção à aventura democrática de 15 de novembro para recobrar o destino promissor que nos está fugindo, que nos estão roubando."

"Existirá acima das ruínas e do desencanto uma confiança limitada no Brasil e nas suas potencialidades."

"Queremos anunciar o advento de uma nova vida pública. Estamos certos de que não vaiastir nenhuma força neste País capaz de impedir a evolução dos quadros políticos brasileiros para um plano de eficiência e honradez."

Em 4-3-89, na Casa de JK, em Diamantina, lançamos para todo o Brasil um grito pela liberdade, visando encontrar o fio da meada histórica, no ponto exato de onde houve o desvio:

“Viemos dar, a partir de Minas, o primeiro passo. Aqui todas as idéias se agigantam. Destas alturas se irradia a voz do civismo montanhês com a força dos apelos irresistíveis. Em Minas Gerais estão plantadas todas as nossas fontes de fé. As suas reservas de liberalismo deram ao Brasil os mais altos exemplos de desassombro e altivez. A sua incompatibilidade com o liberticídio está assinalada no Martírio dos Inconfidentes no desafio memorável do 7 de abril, na Revolta Liberal de Teófilo Otoni, no Lançamento do Manifesto de 1943 e em todos os instantes em que foi preciso repelir o despotismo e desafrontar os brios do povo brasileiro.”

“Subimos às culminâncias da terra que viu nascer o maior de todos os mineiros deste século para levar ao povo brasileiro uma proposta de desagravo, de amor e de fé.”

“O Brasil ainda não respondeu à altura aos algozes de Juscelino Kubitschek. O Brasil ainda não cobrou a frustração imposta à gente mineira que se viu privada da ação dos seus mais legítimos representantes. O Brasil que quer se renovar escutará a voz dos seus filhos que clamam pelos mesmos desejos e se exaltam pelas mesmas esperanças.”

“Daqui iremos às ruas. Iremos de porta em porta clamar por desenvolvimento com liberdade. Clamaremos pelos pobres. Pelos que não comem. Pelos que não têm teto. Pelos que não têm escola. Pelos que não têm transportes. Pelos que não têm assistência médica. Pelas crianças. Pelos espoliados. Pelos deserdados. Pela vida em todas as suas formas. Pela natureza. Pelos que não têm justiça e segurança. Pelos que não têm liberdade. Iremos abraçar a juventude a quem oferecemos os resultados deste esforço, desta jornada e deste projeto de reconquista da liberdade, da justiça e da verdade. Iremos em direção à aventura democrática de 15 de novembro para recobrar o destino promissor que nos está fugindo, que nos estão roubando.”

“Existe acima das ruínas e do desencanto uma confiança ilimitada no Brasil e nas suas potencialidades.”

“Queremos anunciar o advento de uma nova vida pública. Estamos certos de que não subsistirá nenhuma força neste País capaz de impedir a evolução dos quadros políticos brasileiros para um plano de eficiência e honradez.”

“Queremos que a probidade seja o alicerce da ação administrativa em respeito aos direitos da cidadania.”

“Queremos que se proscreva, definitivamente, a política utilitarista e profícuca exercida pelos mandarins da República edificada pelos impostores da ditadura.”

“Queremos falar ao povo. Queremos escutá-lo. Senti-lo. Permanecer na sua intimidade e construir um projeto moderno e eficaz que nos possa levar ao futuro século como potência do Primeiro Mundo.”

“Modernizar o Brasil é renegociar a dívida externa com a voz da dignidade e do patriotismo. E também da competência. Exportamos vinte bilhões de dólares. Somos um dos maiores mercados consumidores efetivo e em potencial do mundo. Temos reservas naturais privilegiadas. Temos uma indústria de bens de produção e de consumo das mais vigorosas. Estamos bastante distanciados economicamente das demais repúblicas do continente. Não somos vassalhos ou clientes. Tudo nos encoraja a conhecer um projeto de grandes investimentos externos de risco que se oriente no Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, que nos deu a grande siderurgia. A indústria naval. A indústria petroquímica. A indústria farmacêutica. A indústria automobilística. A Nova Capital e a interiorização do desenvolvimento. Multiplicou as possibilidades de emprego e acima de tudo devolveu ao povo o orgulho de ser brasileiro. E confiar na democracia.”

“Modernizar o Brasil é continuar tão grandioso desempenho, interrompido pela demagogia, pela irresponsabilidade e pela violência que nos privou das liberdades democráticas por quase duas décadas.”

“Modernizar o Brasil é recuperar o trabalho da Universidade brasileira em favor da pesquisa, do ensino especializado e do fortalecimento da tecnologia nacional em cooperação com todos os povos desenvolvidos.”

“Modernizar o Brasil é investir na inteligência. Recrutar todos os meios técnicos para alfabetizar e elevar o nível de conhecimento do povo. É unir a contribuição da Universidade, do Estado e da empresa para integrar o esforço nacional num único objetivo desenvolvimentista.”

“Modernizar o Brasil é transformar o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste em novas regiões prósperas, basicamente através da agropecuária e da mineração.”

“Modernizar o Brasil é inverter prioridades e aplicar os tributos compulsórios em eficientes projetos sociais. É devolver ao trabalhador, em forma de serviços básicos, tais como saneamento, saúde, transporte, higiene, os recursos do FGTS, Finsocial, Previdência.”

“Modernizar o Brasil é tirar recursos do povo da mão de intermediários financeiros gananciosos e de funcionários venais e devolvê-los aos seus legítimos donos que são os assalariados.”

“Modernizar o Brasil é iniciar a construção de uma malha ferroviária que substitua a atual malha rodoviária já esgotada e dispendiosa. Temos

que dar transporte ao povo, levar alimentos para os grandes centros consumidores e abrir uma nova rota em direção ao Pacífico.”

“Modernizar o Brasil é apagar os vestígios fascistas ainda dominantes na legislação trabalhista e social e adotar métodos modernos e democráticos que nos levem à pluralidade, que suprimam o imposto sindical e reformem de alto a baixo a atual política previdenciária, dominada pela ineficiência e pelas mais escandalosas práticas de ilicitudes que afrontam, em demasia, os direitos do povo trabalhador.”

“Modernizar o Brasil é produzir alimentos em quantidade suficiente e barata para a população dos grandes centros urbanos. Trata-se da nossa meta básica. Enfrentar a fome e produzir para o povo.”

“Modernizar o Brasil é enfrentar a inflação com energia e coragem, sem contemporizar com o apetite dos credores internacionais que nos levam todo o saldo comercial externo, obrigando-nos a emitir moeda para remunerar os exportadores e manter a mesma moeda em permanente processo de desvalorização. É cortar o déficit, sem piedade, reduzindo o custeio da máquina pública, eliminando a nefasta política de subsídios incentivadora de atividades empresariais onerosas ao contribuinte e artificiais economicamente. É suprimir autarquias, fundações, empresas e conselhos inúteis e perdulários.”

“Modernizar o Brasil é amá-lo. É protegê-lo dos parasitas. Dos falsos democratas. Dos falsos ecologistas que desejam a internacionalização da Amazônia enquanto armazenam um arsenal nuclear capaz de destruir o mundo em poucos segundos. Dos que continuam a realizar testes atômicos e a fabricar produtos químicos nefastos à sobrevivência da vida animal e vegetal em todo o universo. É defender a natureza, na sua plenitude, através de um pacto ecológico que nos eduque e nos preserve para sobreviver pelos séculos vindouros.”

“Modernizar o Brasil é garantir segurança e justiça. É respeitar quem trabalha, investe, ensina e estuda.”

“Vamos para a grande empreitada democrática, quando levaremos ao eleitorado um projeto modernizador amplo, sério e veraz. Não enganaremos. Não compraremos consciências. Não nos aviltaremos em tratos vergonhosos, às escondidas do povo. Castigaremos o amoralismo e a ilicitude. Não estamos comprometidos com os resíduos da máquina totalitária que nos envergonhou. Que cassou mandatos. Que exilou sábios e mestres. Que reprimiu. Que matou. Que seveiciou. Que furtou. Que abastardou a vida política, especialmente a vida partidária e a ação parlamentar. Que devastou o Brasil. Que o endividou. Que o ultrajou e o diminuiu. Que martirizou a juventude. Que espoliou a pobreza. E que agora quer sobreviver através da atuação de sequazes ainda encastelados no poder.”

“Estão escancaradas as portas. Ninguém se atreverá a cerrá-las outra vez. Há um clima de fé na sobrevivência da democracia. Este fim de século

sepultará os últimos vestígios de uma época de negação das liberdades e dos direitos fundamentais do homem.”

“O Brasil inteiro clama pela renovação e por novas promessas. Não deixaremos que a democracia apodreça em nossas mãos. Não deixaremos que o povo brasileiro se extravie e sucumba novamente vitimado pela cilada totalitária. Esperamos em Deus que tudo quanto hoje vislumbramos debruçados neste cumes, avessos à servidão, se converta em realidade.”

“Nas entranhas de Minas, o Brasil guardou os seus tesouros. O seu patriotismo encorajou, inúmeras vezes, o Brasil a renovar-se.”

“Começando aqui a caminhada liberal, daremos ao povo brasileiro uma nova etapa de construção democrática e de nova confiança nas nossas próprias qualidades.”

“Vamos impregnar o nosso projeto de fé. O povo não nos faltará.”

Agora a tribuna para fazer meu último pronunciamento neste semestre. É um momento decisivo para a vida do País pois estaremos decidindo os nossos destinos políticos.

A eleição será novamente constituinte no que concerne aos poderes do Congresso Nacional e sobre isso precisamos meditar com muito cuidado.

O povo brasileiro vem aprendendo com a crise e neste instante está sofrendo pelas frustrações permanentes de suas expectativas.

As eleições presidenciais foram extremamente importantes em termos de oportunidade de se afirmar o sentimento de um povo de buscar o desenvolvimento econômico através de uma esperança que ultrapasse a busca de um programa que fale de suas angústias e necessidades.

Sinto-me profundamente responsável por esta eleição. Não é apenas uma eleição, é uma eleição que vai definir o futuro do País. Não é apenas uma eleição, é uma eleição que vai definir o futuro do País.

PROJETO DO NOVO TEMPO

27-6-90

Caminhamos para a eleição de 1994. É uma eleição que vai definir o futuro do País. Não é apenas uma eleição, é uma eleição que vai definir o futuro do País.

O Presidente foi eleito à margem das estruturas partidárias e, até certo ponto, refletindo o desagrado destas estruturas perante o povo.

A eleição isolada para Presidente fez com que a comunicação fosse a principal arma de campanha e, através do componente marketing político, que administrou os meios de comunicação e a modernização do povo brasileiro, pôde um Presidente ser eleito sem a crise de discussão mais aprofundada, sem o teste de seus conceitos por aqueles de maior experiência e cultura política, sem a sabedoria dos grandes partidos.

As ideias foram vendidas, porém, sem a certeza que o eleito realmente acreditava nelas ou teria condições de saber o real caminho para sua aplicação.

As estruturas partidárias foram utilizadas para a campanha de comunicação e sem nenhum poder crítico, ficaram sem o devido controle.

O Congresso foi eleito em uma situação de vantagem e, portanto, não pôde exercer um papel de controle e fiscalização.

Estamos caminhando para um lugar extremamente perigoso. A desorganização das estruturas políticas é flagrantíssima.

A falta de um projeto de longo prazo é uma realidade.

O Governo precisa ter um projeto de longo prazo.

Assumo a tribuna para fazer meu último pronunciamento neste semestre. É um momento decisivo para a vida do País pois estaremos decidindo os nossos destinos políticos.

A eleição será novamente constituinte no que concerne aos poderes do Congresso Nacional e sobre isso precisamos meditar com muito cuidado.

O povo brasileiro tem aprendido com a crise e neste instante está sofrendo pelas frustrações permanentes de suas expectativas.

As eleições presidenciais foram memoráveis em termos da oportunidade de se aferir o sentimento de um povo que, desprezando ideologias, ansiou por uma esperança que atingisse o seu inconsciente na busca de um programa que falasse de suas angústias e necessidades.

Sinto-me recompensado de ver que as idéias que defendi, duramente criticadas no período da Constituinte, estão sendo consagradas não só pela Nação como um todo, mas também por diversas regiões do mundo.

Caminhamos para a modernidade, para o século XXI.

Porém, as eleições presidenciais mostraram a fragilidade das estruturas políticas existentes no País.

O Presidente foi eleito à margem das estruturas partidárias e, até certo ponto, refletindo o desgaste destas estruturas perante o povo.

A eleição isolada para Presidente fez com que a comunicação fosse a principal arma de campanha e, através do componente *marketing* político, que administrou os anseios de mudança e modernização do povo brasileiro, pode um Presidente ser eleito sem o crivo da discussão mais aprofundada, sem o teste de seus conceitos por aqueles de maior experiência e cultura política, sem a sabatina congressual ou partidária.

As idéias foram vencedoras, porém, sem a certeza que o eleito realmente acreditava nelas ou teria condições de saber o real caminho para sua aplicação.

As estruturas partidárias foram caudatárias do *marketing* de comunicação e sem nenhum poder crítico, sucumbiram diante do novo fenômeno.

O Congresso se viu atônito diante da avalanche mudancista comandada por um grupo desconhecido, com pouca experiência anterior na administração pública.

Estamos caminhando para um lugar extremamente perigoso.

A desorganização das estruturas políticas é flagrante.

A falta de um projeto de bom senso também o é.

O Governo errou na aplicação de um plano sem um projeto.

Quando apresentei o Projeto Desenvolvimento com Liberdade, deixei bem claro o que queríamos alcançar com as três revoluções:

- Revolução Verde;
- Revolução Educacional, Tecnológica e a
- Revolução Urbana.

Teríamos um período de ajustamentos que denominamos Plano de Estabilização Econômica, buscando a estabilidade da moeda e atacando a causa da inflação que é o estado ineficiente perdulário e provedor, tirando de quem não tem para dar a quem mais a cada dia tem, não por ser competente, mas por ser amigo do rei. O Plano de Estabilização passava pela reforma administrativa e pela reforma econômica.

A prioridade era a reforma administrativa para enxugar as funções do Estado e reduzi-las àquela que o povo reclama.

1. Igualdade de oportunidade — EDUCAÇÃO — SAÚDE.
2. Garantia dos Direitos de Cidadania — JUSTIÇA E SEGURANÇA.
3. Infra-estrutura rural e urbana — TRANSPORTE — COMUNICAÇÃO — ENERGIA — HABITAÇÃO etc.

1. Para tanto, propusemos a redução dos ministérios para 13 e a extinção de empresas estatais, autarquias, órgãos públicos, que não se enquadrassem nesses conceitos.

2. Corte de todos os subsídios e incentivos para posterior reavaliação dos mesmos.

3. Suspensão de grandes projetos adiáveis e introdução de um plano urgente de pequenas obras por todo o País para gerar empregos para mão-de-obra não especializada nas áreas de:

- CONSTRUÇÃO DE CASAS;
- CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS;
- SANEAMENTO BÁSICO, ÁGUA E ESGOTO.

4. Na primeira etapa, enquanto estivéssemos no período de uma dura contenção na política fiscal e monetária, que traria, nos primeiros meses, retração nos negócios, faríamos uma política de preservação de empregos.

Portanto, no setor privado iríamos introduzir mecanismos de incentivo às empresas para manutenção do emprego e de um plano incentivado para uma cesta básica de alimentos e remédios.

No setor público iríamos imediatamente acabar com as distorções de duplo emprego, de pessoas que não trabalhassem, e não a demitir enquanto a economia não apresentasse sinais de revitalização.

A extinção de órgãos se faria encerrando as atividades, mas mantendo o pessoal até posterior deliberação sobre reaproveitamento ou realocação na iniciativa privada.

O ponto alto da mudança do regime fiscal, significando o saneamento das finanças públicas, incluiria a consolidação das participações acionárias

do Governo em *holding* do tesouro para implementação de um plano de recuperação das empresas estatais e a consolidação de suas dívidas externas e internas.

O programa de saneamento combinaria venda de participações não necessárias ao controle e privatização de empresas isoladas, simultânea ou posteriormente à sua capitalização. A implementação da *holding* certamente permitiria um controle mais efetivo e rigoroso da sociedade sobre a atuação consolidada do Estado na esfera produtiva, através dos mecanismos legislativos que se fizessem necessários.

Por falta de um projeto estratégico, o Governo mais uma vez quis atacar a inflação pelo efeito, introduzindo um dos choques mais fortes da nossa história econômica, abalando, irremediavelmente, a credibilidade nas instituições financeiras, comprometendo toda uma política de estímulos à poupança, fundamental à travessia e o pior, o fez junto com uma tumultuada reforma administrativa sem critérios e com equipe de duvidoso desempenho, pois, no tumulto criado é difícil se fazer uma correta avaliação do desempenho de cada integrante da equipe.

Quando se acena com a perspectiva de recessão, começar a reforma administrativa prometendo 300.000 dispensas de seres humanos é, no mínimo, ser inconsequente, pois a instabilidade gerada na máquina fez com que ela reagisse e as resistências hoje naturalmente são sentidas.

O Governo não tem o comando da máquina e entregou a ela o controle da sociedade com um aparato policesco sem precedentes em nossa recente história.

Os resultados aí estão.

Desconfiança nos agentes econômicos.

Insegurança na massa trabalhadora.

Reação da máquina governamental, com grevismo sendo sentido em todos os cantos do País.

Desconfiança total do Mercado Internacional.

Falta de investimentos.

Retração na atividade econômica.

Desorganização da produção.

Desemprego.

As perspectivas são sombrias.

Diante deste quadro, não poderei silenciar.

Represento um estado brasileiro que, por suas características, sintetiza o ideal a ser alcançado por todos os estados-irmãos.

Nascemos na agricultura, evoluímos para a industrialização e caminhamos rapidamente para o modelo do Primeiro Mundo, calcado na evolução tecnológica.

Sofremos na carne os contrastes de um Brasil que por falta de desenvolvimento harmônico, viu seus campos esvaziados na busca das grandes cidades.

Nossa manutenção se deu graças à estupenda força da iniciativa privada, mesclando capital interno com capital externo, mesclando brasileiros de nascimento com brasileiros por adoção, sem discriminação de qualquer espécie, abrindo campo para a capacidade criativa de milhões de micro e pequenos empresários de hoje e que ontem foram trabalhadores que lá chegaram do estrangeiro do Norte, Nordeste, Centro e Centro-Oeste ou do Sul do País.

A agricultura se modernizou, graças à competência dos empreendedores. Do apoio das nossas universidades e institutos de pesquisas proliferaram as agroindústrias, fazendo com que o interior de São Paulo apresente perante o mundo um crescimento inigualável, ultrapassando, em termos de desenvolvimento, as congestionadas regiões metropolitanas.

Esse modelo, também presente em parte do solo mineiro nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, começa a ser exportado, graças ao pioneirismo dos imigrantes para o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e por muitos estados do Nordeste, onde há possibilidade de irrigação.

Esse é o modelo do Brasil que deu certo e que tem sérios problemas de contrastes com o Brasil que ainda não deu certo e se Deus quiser dará.

A imigração do povo para as regiões desenvolvidas é sua marca do inconformismo com a miséria e a incompetência.

Estamos dispostos a dar uma virada no Brasil para transformá-lo na potência do século XXI.

Por isso, nasceu em São Paulo um projeto político baseado na Bandeira do Desenvolvimento com Liberdade e no projeto que inspirou nossa campanha presidencial.

A perspectiva do desemprego e da recessão não é o que o povo paulista deseja.

O Estado de São Paulo, em nome do Brasil moderno e do Brasil do futuro, protesta contra os descaminhos da política governamental.

Levanta-se para que sua voz seja ouvida, pois o Presidente eleito recebeu sua grande consagração eleitoral em nosso estado.

Sensíveis ao clamor popular, buscamos uma aliança política que traduzisse a necessidade:

1. De se criar uma estrutura política forte, respaldada pelo voto popular, que venha a preencher a lacuna institucional do presente momento e que pode trazer sérias conseqüências para o equilíbrio democrático. Esta estrutura forte terá de cumprir sua missão modernizadora na Reforma Constitucional de 1993.

2. Que, defendendo a bandeira do liberalismo social, tirasse das mãos daqueles que, se dizendo liberais, atentaram contra o estado de direito e foram os responsáveis diretos pelo agigantamento da intervenção do estado, gerando o escabroso quadro de corrupção e concentração de rendas.

3. Que se unisse em aliança aqueles que, defendendo o estado de direito, mantivessem viva a chama do desenvolvimento dotando o estado com a infraestrutura necessária para manter o nível da atividade econômica e gerar tributos necessários para uma ampla reforma na educação, saúde, justiça e segurança, melhorando a eficiência do estado na prestação dos serviços públicos e criando um modelo básico a ser desenvolvido para todo o País.

Por esse motivo surgiu em São Paulo a aliança LIBERAL DEMOCRATA denominada NOVO TEMPO que une o PMDB e o PL.

Essa aliança não é fisiológica nem tampouco adesista.

É uma aliança que representa a união de uma nova geração de políticos, que repudiando as picuinhas partidárias de passado recente, sem ressentimentos, entendeu o momento presente para lançar as bases de um projeto sólido que rejeita de um lado o adesismo fisiológico e do outro o rancor ideológico daqueles que insistem em dividir a sociedade em classes para estimular a luta entre elas.

Entendemos que este é o momento da integração das classes num projeto que traga desenvolvimento com justiça social.

Capital e trabalho são parceiros de um NOVO TEMPO.

Lutamos pela distribuição de rendas através da igualdade de oportunidades que só pode ser garantida quando o estado cumpre a sua função na educação e saúde, em igualdade de condições para todos os cidadãos.

Entendemos que se deve garantir aos indivíduos um sistema competitivo de mercado subordinado aos direitos fundamentais da cidadania. O estado deve garantir JUSTIÇA e SEGURANÇA em igualdade de condições para todos os cidadãos.

Partilhamos do conceito de que a sociedade só pode alcançar o bem-estar social quando o cidadão possui renda para respaldar suas necessidades básicas.

Não existe Nação rica com povo pobre.

Esses conceitos põem por terra as visões radicais daqueles que querem dividir para governar.

Estamos adaptados a um NOVO TEMPO que surge com intensidade no mundo onde as barreiras e os preconceitos estão caindo diante da evidência de que os povos buscam o caminho do DESENVOLVIMENTO COM LIBERDADE.

Luiz Antônio Fleury — candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo PMDB, um jovem talento político recém-revelado por sua atuação em uma das mais espinhosas áreas da administração pública.

Aluísio Nunes Ferreira — candidato a vice-governador, brilhante parlamentar, ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto da gloriosa Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, perseguido e exilado no período revolucionário por suas idéias políticas e que sem rancor, com os olhos postos no futuro, senta à mesma mesa e se une no mesmo projeto que, aliado ao liberalismo social ao estado de direito, busca a real liberação de um povo.

E o meu nome para o Senado completa o trio que representa os anseios de uma mesma geração que se viu frustrada de participar por tanto tempo de um projeto político que pudesse recolocar o Brasil na trilha das grandes nações.

É de São Paulo que surge uma aliança que quer contribuir com sua ação para que o Estado brasileiro não erre novamente e que o caminho de um NOVO TEMPO seja buscado por um povo que rejeita a miséria, pois sabe que vive naquela nação que será a PÁTRIA DO EVANGELHO, CORAÇÃO DO MUNDO, CELEIRO DA HUMANIDADE.

Uma aliança que representa a união de uma nova geração de políticos que reconhecendo as mudanças paradigmáticas de passado recente, sem esquecer os desafios do momento presente para lançar as bases de um projeto sólido que rejeite de um lado o atraso tecnológico e, do outro, o ancoramento ideológico daqueles que insistem em dividir a sociedade em classes estagnadas e lutar entre elas.

Entendemos que este é o momento da integração das classes para projetos de desenvolvimento com justiça social.

Capital e trabalho são parceiros de um NOVO TEMPO. Últimos pela distribuição de rendas através da igualdade de oportunidades que só pode ser alcançada quando o estado cumpre a sua função na educação e saúde, em igualdade de condições para todos os cidadãos. Entendemos que se deve garantir aos indivíduos um sistema competitivo de mercado subordinado aos direitos fundamentais dos cidadãos. O estado deve garantir JUSTIÇA e SEGURANÇA em igualdade de condições para todos os cidadãos.

Parlhamos do conceito de que a sociedade só pode alcançar a verdadeira social quando o cidadão possui renda para responder suas necessidades básicas. Não existe Nação rica com povo pobre.

Esses conceitos podem por vezes as visões radicais daqueles que querem dividir para governar.

Estamos adaptados a um NOVO TEMPO que exige uma inteligência no mundo onde as partículas e os precursores estão dando origem à evolução de que os povos buscam o caminho do DESENVOLVIMENTO COM LIBERDADE.

Luiz Antônio Fleury — candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo PMDB, um jovem talento político recém-revelado por sua atuação em uma das mais importantes instituições da administração pública, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo — candidato a vice-governador, primeiro para o momento a ser escolhido pelo Centro Acadêmico 48 de Agosto da Foz de Iguaçu, atualmente de Direito do Largo de São Francisco, prescrito e exilado no período revolucionário por suas ideias políticas e que sem jamais perder os olhos postos no futuro, senta a mesma mesa e se une no mesmo projeto que, lançado no liberalismo social ao estado de direito, busca a total liberdade de um povo.

Ao encerrar-se 1990 e os trabalhos da presente legislatura é oportuno fazer-se um balanço dos acontecimentos deste ano e do seu reflexo no fértil em acontecimentos e mudanças que marcaram a vida de todos os brasileiros, independentemente de sua condição política, econômica e social.

Iniciada sob o signo da hiperinflação, a que nos conduziu o Governo anterior, chegamos em 15 de março com a taxa inflacionária na casa dos 44% e com tendência crescente a agravar-se a situação social.

Com a posse do novo Governo pelo o Plano Collor, a mais ampla e profunda intervenção governamental na vida econômica do País, com um programa de estabilização e modernização que afetou profundamente a vida econômica do Brasil.

XI

OBJETIVOS, PROMESSAS E REALIDADE

12-12-90

Os objetivos e promessas do Plano Collor foram extremamente modestos, mas de grande importância para a população. A primeira e mais importante foi a redução da inflação, que em 1990 chegou a 44%. A segunda foi a redução da dívida pública, que em 1990 chegou a 100%. A terceira foi a redução da dívida externa, que em 1990 chegou a 100%. A quarta foi a redução da dívida interna, que em 1990 chegou a 100%. A quinta foi a redução da dívida social, que em 1990 chegou a 100%.

Os resultados foram muito positivos. A inflação caiu de 44% para 10%. A dívida pública caiu de 100% para 10%. A dívida externa caiu de 100% para 10%. A dívida interna caiu de 100% para 10%. A dívida social caiu de 100% para 10%.

Os resultados foram muito positivos. A inflação caiu de 44% para 10%. A dívida pública caiu de 100% para 10%. A dívida externa caiu de 100% para 10%. A dívida interna caiu de 100% para 10%. A dívida social caiu de 100% para 10%.

Ao encerrar-se 1990 e os trabalhos da presente legislatura é oportuno fazer-se um balanço dos acontecimentos deste ano que se revelou tão fértil em acontecimentos e iniciativas que marcaram a vida de todos os brasileiros, independente de sua condição política, econômica e social.

Iniciado sob signo da hiperinflação, a que nos conduzia o Governo anterior, chegamos em 15 de março com a taxa inflacionária na casa dos 84% e com tendência crescente, a economia se desorganizava e a situação social se deteriorava.

Com a posse do novo Governo, veio o Plano Collor, a mais ampla e profunda intervenção governamental na vida econômica do País, com um programa de estabilização e modernização que afetou dramaticamente a vida de milhões de brasileiros.

Quando questionamos aspectos éticos e jurídicos do “bloqueio” e da tributação confiscatória das poupanças argumentava-se que essas medidas eram inevitáveis em face a gravidade da crise e que elas se justificariam eticamente e juridicamente por seus resultados. Esse raciocínio de que “os fins justificam os meios”, que em muitas ocasiões serviu para encobrir violações dos direitos dos cidadãos no Brasil e em muitos outros países, não se sustentou pelos resultados apresentados pelo Plano Collor. Eles se revelaram extremamente modestos em face dos sacrifícios impostos à população e à afronta aos princípios éticos e jurídicos que foi cometida pelo Executivo com a aprovação do Congresso e a omissão do Judiciário, temerosos de provocar mal maior com a rejeição do plano.

Da promessa de liquidar a inflação com um único tiro aos atuais níveis da taxa inflacionária existe uma grande distância, não só quanto aos resultados, como no tocante às perspectivas, especialmente se considerarmos os altos custos pagos pela sociedade nesses oito meses de execução do Plano Collor.

A taxa de inflação se situa na casa dos 17% e vem se revelando crescente nos últimos meses, corroendo de forma dramática os salários, especialmente do funcionalismo público e dos trabalhadores dos segmentos menos organizados. Em consequência, as vendas do comércio vêm registrando quedas significativas, inclusive no tocante aos gêneros essenciais, mostrando os efeitos perversos dessa política sobre as camadas de menor renda. Os níveis absurdamente elevados das taxas de juros, em patamares jamais praticados durante tanto tempo em qualquer país, atingem de forma drástica o sistema produtivo, fazendo cair a produção, comprometendo a saúde financeira das empresas,

a receita fiscal, o emprego e os salários, sem conseguir reverter o processo inflacionário.

Os custos do programa do Presidente Collor são extremamente altos pois devemos encerrar o ano com uma queda de 4,0% do Produto Interno Bruto, o que significa um empobrecimento da ordem de US\$ 17 bilhões, com a produção industrial registrando redução próxima dos 8,0%, o comércio vendendo cerca de 15,05% a menos do que no ano anterior, as exportações e o saldo da balança comercial diminuindo significativamente e o País ingressando em processo recessivo de intensidade e duração imprevisíveis.

Embora se deva reconhecer que o Plano Collor evitou a hiperinflação não se pode negar que os resultados obtidos no controle do processo inflacionário foram muito tímidos quando comparados com os custos que impôs à Nação.

Na outra vertente do Plano Collor, paralela à estabilização monetária, a da modernização da economia, que consiste na reforma administrativa, privatização, política industrial e de abertura da economia, e renegociação definitiva da dívida externa, também os resultados têm se mantido abaixo das promessas e das expectativas.

A reforma administrativa, depois de provocar um tumulto inicial que quase paralisou a máquina burocrática, avança muito lentamente perdida no emaranhado da legislação do funcionalismo que inviabiliza a racionalização e o enxugamento da administração pública.

O programa de privatização, do qual se esperava grande contribuição ao esforço de saneamento do setor público, se limitou no ano em curso à instituição e cobrança dos certificados de privatização que constituem, por seu caráter de compulsoriedade, na negação dos princípios que deve nortear qualquer programa dessa natureza. Isto porque a privatização é um processo muito mais amplo do que a simples venda de empresas estatais, pois envolve a garantia da continuidade do fornecimento de produtos e serviços em condições satisfatórias de preços, qualidade e disponibilidade, o que só pode ser assegurado por compradores interessados em manter a atividade e não por adquirentes compulsórios de ações. A privatização para ser bem-sucedida precisa contar com o apoio da sociedade o que exige transparência do processo, regras bastante precisas não só da concorrência como das obrigações posteriores dos compradores, avaliação realista do patrimônio a ser vendido e, muitas vezes, o saneamento prévio de empresas. Trata-se de um processo normalmente demorado mas não se pode negar que avançamos muito lentamente no mesmo, especialmente se considerando que a privatização, assim como a reforma administrativa, representavam a contrapartida governamental aos sacrifícios impostos à sociedade pelo Plano Collor.

A política industrial e de comércio exterior representa um dos pontos fundamentais do processo de modernização por propiciar aumento da concorrência, induzindo ao aprimoramento tecnológico e ao aumento da produ-

vidade. Trata-se de um processo cujos resultados mais efetivos se fazem sentir no médio prazo pois demanda a realização de investimentos, a adequação da mão-de-obra e, em muitos setores, a reconversão para outras áreas ou linhas de produtos. Os benefícios desse processo no curto prazo são apenas marginais, resultantes da sinalização que transmite aos agentes econômicos em termos de oportunidades, mas encerra riscos se não for conduzido com as devidas cautelas. A tentativa de utilizar a redução de tarifas para obter ganhos no combate à inflação no curto prazo pode acarretar a desorganização de alguns setores comprometendo o objetivo maior de modernização do sistema produtivo. A valorização do cruzeiro, beneficiando a importação, pode implicar em sérios riscos para o parque industrial quando combinada com redução tarifária como mostram os exemplos de Chile e Argentina que no passado aplicaram políticas desse tipo com resultados econômicos e sociais desastrosos. A combinação de facilidades de importação com recessão no mercado interno que pode agravar o efeito da desorganização de alguns setores industriais quando se somam ainda defasagem cambial e redução tarifária.

Modernização do sistema produtivo exige regras claras com um cronograma de redução tarifária consistente, condições para investir e perspectivas de mercado. A tentativa de implementação da política industrial sem atentar para esses pré-requisitos, ou a tentativa de obter resultados de curto prazo, podem comprometer um objetivo importante para a melhoria do bem-estar da população brasileira, conduzindo a um retrocesso no processo de abertura e modernização da economia.

A renegociação da dívida externa, condição necessária à inserção do Brasil na economia mundial, também não apresenta resultado compatível com as promessas governamentais. O grande alarido que se fez em torno da proposta apresentada pelo País aos credores externos, apresentando sua originalidade como um grande trunfo, serviu apenas para provocar um grande desgaste interno e externo.

Os constrangimentos enfrentados pelo Presidente Collor em sua viagem ao Japão, ao ser cobrado de forma contundente pelos credores, parece indicar que Sua Excelência não foi devidamente informado das reais repercussões da proposta junto à comunidade financeira internacional, expondo-se desnecessariamente a desgaste.

Os autores da proposta brasileira aos bancos se empolgaram com a boa nota obtida no tocante à originalidade, esquecendo-se dos demais quesitos, o que tornará a negociação extremamente demorada, prolongando por muito tempo os prejuízos que o Brasil vem sofrendo com a moratória, não só no tocante às dificuldades de financiamento para seu comércio exterior e nas taxas de juros superiores que paga nas linhas de curto prazo mas também na atração de investimentos externos. Atualmente há uma grande vinculação entre bancos e empresas do setor produtivo no exterior e a imagem de país que não honra compromissos, prejudica também o aporte de capital de risco.

Devemos exigir concessões dos credores externos mas com realismo, pois a demora em firmar um acordo faz com que se acumulem os atrasos dificultando o acerto posterior e mantendo uma instabilidade interna que afeta inclusive a política cambial.

Resumindo a análise dos resultados do Plano Collor até o momento podemos concluir que ele evitou a hiperinflação mas não acabou com a inflação; iniciou a reforma administrativa mas não conseguiu aumentar a eficiência da máquina burocrática; financiou o déficit público deste ano mas não corrigiu os desequilíbrios estruturais das contas públicas; liberalizou a economia mas não criou condições para a modernização do sistema produtivo; conseguiu grande impacto mas nenhum resultado com sua proposta de renegociação da dívida. Impôs sacrifícios mas não deu a contrapartida do sucesso e ou pelo menos de esperança nesse sucesso.

Após oito meses de aplicação do Plano Collor, apesar dos custos sociais que ele representa, a questão fundamental para a estabilização da economia, a do saneamento do setor público, não foi resolvida o que pode tornar inútil todos os sacrifícios impostos à população. O financiamento dos gastos governamentais por um aumento significativo da receita, somado à redução das despesas pelo arrocho salarial do funcionalismo e a diminuição dos encargos financeiros, da dívida pública, possibilitaram um equilíbrio de caixa neste exercício. Para 1991, no entanto, parece difícil que esse resultado, que é modesto e insuficiente para um ajuste efetivo das contas públicas, se repetirá, pois além de não contar com as receitas extras de que dispôs este ano, a recessão provocada pelos níveis extravagantes de taxas de juros, deverá afetar a arrecadação fiscal enquanto do lado da despesa deve-se considerar o vencimento de quatro parcelas da devolução da poupança bloqueada.

O mais grave dessa situação é que não basta apenas atingir-se o equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas, mas é indispensável recompor-se a capacidade de investir do Estado para que ele possa cuidar da infra-estrutura e principalmente do atendimento da área social. O negligenciamento dos investimentos na área social nos últimos anos produziu um quadro dramático de carências nas camadas mais baixas da população que compromete não apenas o nível de vida atual mas principalmente o futuro de um grande contingente de crianças e jovens que estão marginalizados do acesso à educação básica, condições mínimas de alimentação e de saúde.

É grande a responsabilidade do Congresso pela situação em que o País se encontra e é maior ainda a de criar condições para reversão desse quadro econômico e social.

O Brasil precisa de um pacto de governabilidade, que não se confunde e não exclui os entendimentos que vêm se realizando entre empresários, trabalhadores e Governo, mas que depende fundamentalmente, do Congresso Nacional e do Poder Executivo.

É preciso acabar com o isolamento do Poder Executivo e o alheamento do Congresso Nacional. Temos que acabar com as medidas provisórias e

buscar as soluções definitivas, substituir a retórica das promessas e dos discursos por um programa mínimo de curto prazo que seja base de um plano de longo prazo.

Um programa que possa compatibilizar a busca da estabilidade monetária sem prejuízo de um mínimo de atendimento à área social, na qual, além de investir mais, é preciso investir melhor. Um plano de longo prazo que tenha como sua base fundamental a formação de capital humano em todos os níveis preparando o povo brasileiro para ingressar na área da modernidade que, segundo as megatendências de John Naisbitt, passa da sociedade industrial para a sociedade de informação. O pacto de governabilidade, para ter chance de sucesso precisa começar por um entendimento no Congresso no tocante à escolha da Mesa Diretora da Câmara que deve refletir a composição do plenário.

Com uma Mesa escolhida por consenso representando a Casa e, as lideranças, representando os partidos políticos, se pode iniciar o diálogo com o Executivo na busca de um programa emergencial que se insira em um plano de governo para a década.

Não podemos, por causa das dificuldades e problemas de curto prazo, esquecer a necessidade de pensar no País a longo prazo até porque essas dificuldades e problemas resultaram, em grande parte, do imediatismo das políticas do passado.

Um país só pode crescer e se modernizar com investimentos. Investimentos em capital humano, em tecnologia, em infra-estrutura e em instalações físicas. O ciclo dos grandes investimentos públicos nas atividades empresariais está esgotado e deverá caber ao setor privado comandar a retomada do desenvolvimento e a modernização do sistema produtivo. Para tanto ele necessita de regras e estáveis perspectivas de longo prazo, mecanismos de financiamento e um sistema tributário que estimule o investimento ao invés de puni-lo como ocorre atualmente.

Para dar estabilidade às regras é preciso limitar o uso de medidas provisórias, pois o abuso na sua utilização representa um fator de insegurança para os agentes econômicos. Com um plano elaborado de forma consensual para os próximos dez anos, definindo claramente a área de atuação do Estado no período, se dará as perspectivas para que o setor privado possa realizar investimentos. O fortalecimento do mercado de capitais, com a canalização inclusive dos recursos dos fundos da previdência privada, é condição necessária para assegurar fontes para financiar os investimentos, junto com o estímulo à canalização dos lucros das empresas para esse fim, o que exige a mudança da legislação do IR que tributa os lucros retidos. Também é preciso rever o ICMS no sentido de permitir o crédito do imposto na aquisição de ativos fixos pois sua incidência representa uma oneração da ordem de 20% nos custos dos investimentos. Não se alegue que isso representará perda de receita para os estados, pois muitos projetos poderão não se realizar devido à oneração do investimento. Deve-se tributar a produção e não os investimentos.

O pacto de governabilidade não deve se esgotar no programa de emergência e no plano de longo prazo mas também procurar preparar as bases para a revisão constitucional prevista para 1993. A Constituição de 1988 apresentou enormes avanços em relação aos textos anteriores mas acabou acomodando pressões corporativas, alguns preconceitos e algumas distorções, especialmente no tocante ao sistema tributário. Não se pode fazer, como ocorreu na Constituinte, a montagem de um sistema tributário casuístico que procure atender a todas as pressões das máquinas fazendárias municipais, estaduais e federal, esquecendo-se de analisar a capacidade contributiva de empresas e cidadãos, a racionalidade da tributação e a eficiência na arrecadação.

O sistema tributário da Constituição de 1988 é complexo, com impostos se superpondo, sem racionalidade econômica, oneroso para o contribuinte e pouco eficiente para a geração de receitas por induzir a uma grande evasão fiscal.

Precisamos iniciar urgentemente estudos sistemáticos e profundos da reforma tributária para que, quando se fizer a revisão constitucional, se possa implantar um sistema fiscal moderno e eficiente. Partindo da tese ideal de um imposto único devemos procurar a proposta de um sistema possível com um número mínimo de impostos que possam gerar as receitas necessárias, mais por sua abrangência sobre todos os contribuintes do que por alíquotas elevadas sobre alguns.

Essas considerações sobre a situação econômica brasileira e as idéias apresentadas não representam um balanço de despedida embora este seja meu último discurso como deputado no Congresso Nacional.

Não é de despedida porque após esta minha passagem pela Câmara dos Deputados eu me sinto definitivamente vinculado ao Poder Legislativo, pois passei a compreender a sua importância para a existência do regime democrático. Aprendi que, com todas suas falhas e imperfeições, é o Congresso o único mecanismo capaz de servir de contrapeso ao autoritarismo inerente ao Poder Executivo, impedindo que o mesmo descambe para a tirania.

Creio que ao longo dos quatro anos de mandato cumpri os objetivos a que me propus e pelos quais fui eleito: o de lutar para a defesa da democracia, pelo fortalecimento do Poder Legislativo e defender os cidadãos pela limitação do poder do Estado.

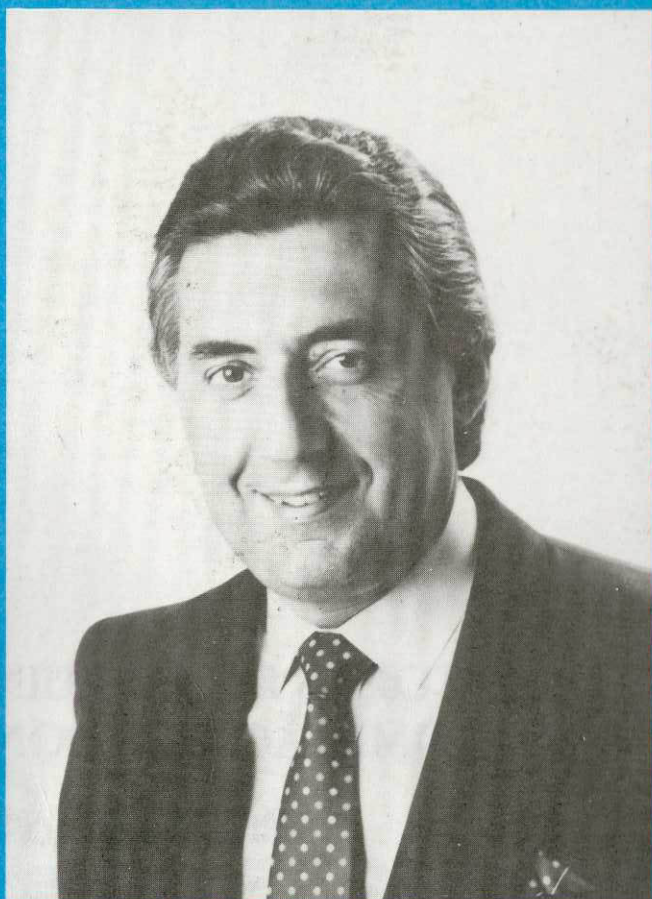
Lutei pelo que Norberto Bobbio chamou de "encontro entre liberalismo e democracia" no qual ideais liberais e método democrático se combinam de modo tal que os direitos de liberdade são condição necessária para as regras do jogo democrático e o desenvolvimento da democracia é o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade.

Continuarei em outras trincheiras a lutar por liberalismo e democracia por considerar que esse é o melhor caminho para conduzir o Brasil para a modernidade não apenas no campo econômico mas sobretudo no plano social onde modernidade significa melhor padrão de vida e igualdade de oportunidades.

Desejo manifestar minha confiança na solução dos problemas que o Brasil enfrenta porque confio no povo brasileiro e na sua capacidade de vencer dificuldades e encerrar citando palavras de Hayek, o notável economista austríaco, que durante muito tempo foi voz quase isolada na defesa das idéias liberais.

Mais uma vez, devemos fazer da construção da livre sociedade uma aventura intelectual, um ato de coragem. O que nos falta é uma utopia liberal, um programa que não pareça mera defesa das coisas tal como elas são nem uma espécie de socialismo diluído, mas sim que seja um radicalismo verdadeiramente liberal que não poupe as suscetibilidades dos poderosos, que não seja exageradamente prático e que não se limite apenas àquilo que hoje parece politicamente possível... A menos que possamos fazer das bases filosóficas da livre sociedade uma questão intelectual viva, e de sua implementação uma tarefa que desafie a engenhosidade, a imaginação das mentes mais esclarecidas, as perspectivas de liberdade apresentam-se, de fato, sombrias. Mas, se conseguirmos reconquistar a crença no poder das idéias — que foi a marca do liberalismo no seu melhor momento — a batalha não está perdida.

Deputado Afif Domingos
Líder do PL



Pedidos de exemplares

ESPAÇO LIBERAL



Av. República do Líbano, 2344
04501 — Tel. (011) 549-3877 — S. Paulo